

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Incra promove capacitações voltadas ao manejo florestal sustentável no Amapá. Site do INCRA, 01/11/2016.....	5
Incra e Sedam-RO concluem programa piloto de inscrição de assentados no CAR. Site do MDSA, 03/11/2016.	5
Sem Terra realizam 4ª Feira da Reforma Agrária em Arapiraca. Gustavo Marinho. Site do MST, 03/11/2016.....	7
Presidente da UDR é condenado à prisão pela morte de trabalhador sem-terra, no PR. Site da CPT, 03/11/2016.	8
CARTA FINAL – A idolatria da propriedade contra a vida na terra. Site da CPT, 03/11/2016.	11
Nota de Repúdio à criminalização dos movimentos sociais e de solidariedade ao MST. Site da CPT, 04/11/2016.	15
Polícia invade ENFF sem mandado de busca e apreensão. Site do MST, 04/11/2016.	15
Em nota, MST pede por mais Reforma Agrária e pelo fim da criminalização do Movimento. Site do MST, 04/11/2016.	16
Nota de Solidariedade da CONTRAF BRASIL ao MST. Site da FETRAF, 04/11/2016.	18
Incra orienta população sobre regularização fundiária em Brazlândia (DF). Site do INCRA, 04/11/2016.....	20
Nova feira anima assentados da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Site do INCRA, 04/11/2016.....	20
Incra realiza levantamento de obras de infraestrutura para 30 assentamentos no Piauí. Site do INCRA, 07/11/2016.	22
Comissão discute soluções para conflitos no campo em Pernambuco. Site do INCRA, 07/11/2016.	23
Conselho Nacional de Direitos Humanos discute soluções para conflitos agrários em Rondônia. Site do INCRA, 08/11/2016.....	24
Sem Terra reocupam fazenda improdutiva e são ameaçados por pistoleiros. Site do MST, 08/11/2016.....	26
RIO GRANDE DO SUL: Conab doa cestas de alimentos a indígenas. Site da CONAB, 08/11/2016.	27
Em debate na CDH, indígenas e pequenos agricultores protestam contra Projeto Matopiba. Site da FETRAF, 09/11/2016.	28
Após pressão da CONTAG, presidente da Câmara recua e diz que vai repensar Projeto de Lei sobre a estrangeirização das terras brasileiras. Site da CONTAG, 09/11/2016.	30

Processo de regularização da comunidade quilombola Cunani avança no Amapá. Site do INCRA, 10/11/2016.	31
Incra participa de audiência sobre regularização fundiária em Mato Grosso. Site do INCRA, 10/11/2016.....	33
Incra cria três novos assentamentos para 119 famílias no Sul do Pará. Site do INCRA, 11/11/2016.....	34
Publicados relatórios de identificação de dois territórios quilombolas em São Paulo. Site do INCRA, 11/11/2016.	35
MST realiza III Feira Cultural da Reforma Agrária Ceará. Site do MST, 11/11/2016.	37
Incra recebe pauta de reivindicações do Movimento de Luta pela Terra no Maranhão. Site do INCRA, 14/11/2016.	37
Comissão de Combate à Violência no Campo pede proteção a servidor do Incra e agricultores no Pará. Site do INCRA, 14/11/2016.	38
Comunidades quilombolas do Pará temem impactos da Ferrovia Norte-Sul. Lilian Campelo. Site do MST, 16/11/2016.	41
Feira da Reforma Agrária chega ao centro do Rio com produtos saudáveis. Site do MST, 16/11/2016.....	44
MATOPIBA: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil. Site da CONTAG, 16/11/2016.	46
Incra, Interpi e Banco Mundial vão atuar na regularização fundiária no Piauí. Site do INCRA, 17/11/2016.....	47
Incra/RN avança na regularização da comunidade Quilombola Pavilhão. Site do INCRA, 17/11/2016.....	49
Incra reconhece território de comunidade quilombola em Óbidos (PA). Site do INCRA, 18/11/2016.....	51
Incra finaliza dois relatórios de identificação de comunidades quilombolas na Bahia. Site do INCRA, 18/11/2016.	52
Incra e Sociedade Rural Brasileira debatem alterações no cadastro de imóveis rurais. Site do INCRA, 18/11/2016.	53
Ceará: Incra reconhece comunidades quilombolas em Novo Oriente e Caucaia. Site do INCRA, 18/11/2016.....	55
Incra se reúne com lideranças em encontro de quilombolas em Curitiba (PR). Site do INCRA, 18/11/2016.....	56
Incra/TO conclui relatório de identificação da comunidade quilombola Lajeado. Site do INCRA, 18/11/2016.....	58
Dia da Consciência Negra: Incra entrega título para quilombolas em Alagoas. Site do INCRA, 18/11/2016.....	59

Conselho da Magistratura do TJ-BA combate a maior grilagem de terras no Brasil. Site do INCRA, 21/11/2016.	60
Alagoas: Incra titula terras de comunidade remanescente do Quilombo de Palmares. Site do INCRA, 21/11/2016.	61
NOTA PÚBLICA – CONTRAF BRASIL repudia e denuncia atentados à assentados e acampados da Reforma Agrária no Pará. Site da FETRAF, 21/11/2016.....	63
Incra incorpora à União 700 mil hectares de terras devolutas no Amazonas onde foi constatado trabalho escravo. Site do INCRA, 22/11/2016.	65
Indígenas, quilombolas e pescadores ocupam Palácio do Planalto. Site da CPT, 22/11/2016.	68
Médio São Francisco: Incra discute Plano de Providências para desbloqueio de assentados. Site do INCRA, 23/11/2016.	70
Diretoria de Desenvolvimento do Incra visita projetos de assentamento no Acre. Site do INCRA, 23/11/2016.....	72
RIO DE JANEIRO: Quilombolas recebem cestas de alimentos. Site da CONAB, 23/11/2016.	74
CARTA ABERTA - Aos povos e comunidades tradicionais em luta em Brasília. Site da CPT, 24/11/2016.	75
Ministério apoia gestão em áreas quilombolas. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 24/11/2016.	76
Campanha pretende zerar o analfabetismo em 11 assentamentos do MST na Bahia. Site do MST, 23/11/2016.....	77
III Caravana da Agricultura Familiar no Paraná encerra com grande ato político. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 25/11/2016.	78
Mato Grosso quer pedágio em terra indígena. André Borges. O Estado de São Paulo, 27/11/2016.	79
Sem Terra de toda Alagoas mobilizam-se contra a paralisia da Reforma Agrária. Gustavo Marinho. Site do MST, 28/11/2016.	82
Numa região “castigada” pela estiagem, Sem Terra fortalecem a luta pela Reforma Agrária. Site do MST, 28/11/2016.	84
Protagonismo da Juventude Rural. Site da CONTAG, 28/11/2016.....	86
Quilombo como organização, luta e resistência das mulheres. Site da CPT, 29/11/2016.	87

Incra promove capacitações voltadas ao manejo florestal sustentável no Amapá. Site do INCRA, 01/11/2016.

A Superintendência Regional do Incra/AP, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF/AP), promoveu capacitações teórica e prática em delimitação e inventário florestal para os assentados beneficiários do Projeto de Assentamento Cujubim, no município de Pracuúba (AP).

O objetivo das capacitações, que ocorreram no período de 18 a 22 de outubro, é o de transmitir aos assentados as técnicas e conhecimentos básicos necessários para o levantamento dos dados florestais, que constituem a base para a elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS).

Estas ações interinstitucionais entre o Incra no Amapá e o IEF/AP estão previstas em Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado em 2015 e que tem por finalidade principal atender às demandas contidas no Plano de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI) e que compõe o Programa Assentamentos Verdes (PAV).

O Incra/AP pretende, por meio da assistência técnica florestal do IEF/AP, fomentar o manejo florestal de base comunitária em suas áreas de jurisdição, contribuindo para o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável dos seus beneficiários, atuando de forma preventiva no combate ao desmatamento e exploração ilegal dos recursos naturais.

Incra e Sedam-RO concluem programa piloto de inscrição de assentados no CAR. Site do MDSA, 03/11/2016.

A Superintendência Regional do Incra em Rondônia e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO) concluíram com sucesso o programa piloto de inscrição individual de parcelas de assentamentos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) realizado nos projetos Flor do Amazonas I, II e III, em Candeias do Jamari (RO), com a participação de oito técnicos e entrega de 126 cadastros às famílias do local.

A ação, finalizada na semana passada, é o resultado de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre os órgãos em dezembro de 2015 para intensificar a inscrição dos lotes dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (PA) do estado, uma ação do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia (PPCADI-Amazônia).

O superintendente do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, afirmou que são vários os benefícios para as famílias dos assentamentos que regularizam seus lotes no CAR. “A legalidade, o acesso a políticas públicas como créditos para a produção e a possibilidade de realizar planos de manejo florestal estão entre os principais”, avaliou.

“Toda propriedade rural tem que ter seu CAR individual”, explicou o chefe de serviço do Meio Ambiente e Recursos do Incra/RO, Neilton Santos Pereira. O Incra realizou o CAR perimetral de todos os assentamentos e agora está com a missão de apoiar os assentados na realização do CAR individual. Segundo Pereira, o cronograma geral será definido assim que forem destinados recursos para a ação.

O Incra contou ainda com o apoio da Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a realização do CAR. A instituição colaborou com conhecimento, tecnologia e infraestrutura necessários para a execução da tarefa. A parceria com a Sedam resultou também na cessão provisória para o Incra de três veículos adequados às estradas rurais, adquiridas pelo Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI), com recursos do Fundo Amazônia/BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento.

Obrigatoriedade e benefícios

O CAR foi instituído pelo Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), sendo um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional. Fundamental para o monitoramento, o controle e o combate ao desmatamento, o cadastro contém informações sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e/ou de Reserva Legal.

A inscrição no CAR garante aos beneficiários da reforma agrária e moradores de comunidades quilombolas a possibilidade de regularizar as APPs e a Reserva Legal, além de acesso a programas de financiamento públicos e privados. O documento deve ser

atualizado cada vez que houver alteração em relação à propriedade ou posse do imóvel, assim como qualquer mudança de Reserva Legal.

Sem Terra realizam 4ª Feira da Reforma Agrária em Arapiraca. Gustavo Marinho. Site do MST, 03/11/2016.

Macaxeira, inhame, banana, laranja, abóbora, galinha de capoeira, são alguns dos produtos saudáveis e a preços baixos, que a população encontra nas barracas da Feira

Pela quarta vez consecutiva, as trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra levam para a segunda maior cidade de Alagoas, a Feira da Reforma Agrária. A atividade tem início nesta quinta-feira (03) e vai até o dia 05, em Arapiraca, Agreste do estado.

Os camponeses e camponesas comercializam uma diversidade de produtos dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, produzidos sem agrotóxicos e à preços baixos.

“Todos os produtos comercializados na Feira são cultivados sem o uso de veneno. Além de ser um alimento saudável, tudo na Feira é vendido por preços abaixo do mercado convencional, pois o consumidor compra direto das mãos dos trabalhadores que produzem”, afirma José Roberto, da direção nacional do MST.

A quarta edição da Feira da Reforma Agrária acontece na rua Maurício Pereira, próximo a praça do Abacaxi, no bairro do Centro.

Macaxeira, inhame, banana, laranja, abóbora, galinha de capoeira, são alguns dos produtos que os arapiraquenses devem encontrar nas barracas dos camponeses e camponesas durante a Feira.

Segundo, José Roberto, a Feira apresenta os frutos da luta pela terra e a importância da Reforma Agrária para a sociedade. “Temos a possibilidade de mostrar para a população arapiraquense a importância e a necessidade da Reforma Agrária no estado e no país, gerando trabalho, renda e produzindo alimentos saudáveis para a mesa do povo brasileiro”, disse.

Com atrações culturais todas as noites, a Feira promete movimentar o centro da cidade com a produção e cultura camponesa. A partir das 17 horas, o Festival de Cultura Popular

toma conta do palco principal da Feira, com uma diversidade de atrações locais e apresentação de artistas das áreas de Reforma Agrária.

Presidente da UDR é condenado à prisão pela morte de trabalhador sem-terra, no PR. Site da CPT, 03/11/2016.

Mais de dezoito anos separam a morte do trabalhador rural sem-terra Sebastião Camargo e a condenação do assassino, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Menezes Prochet. Após quase 15 horas de júri popular, realizado nesta segunda-feira (31), em Curitiba, Prochet foi condenado a 15 anos e 9 meses de prisão. O ruralista foi levado preso, mas pode recorrer da decisão.

O reconhecimento da atuação de fazendeiros nas mortes em conflitos agrários não costuma ser algo comum no cenário nacional – segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, apenas 6% dos casos que envolvem latifundiários são investigados. Essa foi a segunda vez que o ruralista foi julgado – e condenado – pelo crime. O primeiro júri popular, realizado em 2013, foi anulado em 2014. Marcos Prochet é o quarto condenado pelo assassinato do agricultor sem-terra.

Sebastião Camargo foi morto aos 65 anos, durante um despejo ilegal na Fazenda Boa Sorte, em Marilena, Noroeste do Paraná. Na época, a fazenda já estava em processo de desapropriação para ser destinada à reforma agrária.

Para o integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo, a decisão é histórica. “É um dos poucos casos de condenação de grandes fazendeiros”, aponta. E indica que um longo caminho foi percorrido para chegar a esse resultado. “Foram vários adiamentos do júri, recomendações internacionais, acompanhamentos de instâncias como CNDH, muito trabalho de advogados popular e esperança da própria família para que houvesse justiça e não ficasse impune, como maioria dos casos no país”.

Os filhos

Dois dos três filhos de Marcos Prochet estavam na tribuna, atuando como advogados de defesa do pai. Na platéia estava um dos cinco filhos de Sebastião Camargo, Messias

Ventura Camargo, - morador do assentamento Antônio Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguaçu – que conseguiu carona para poder participar do julgamento.

Indignado com a fala da defesa do réu, Messias ficou em pé em um momento do julgamento. Ele marcou presença ao ouvir o filho de Prochet, advogado, falar que os fatos apresentados não seriam motivos suficientes para enviar o pai para a cadeia.

Questionado do porquê do ato, responde: “Ele falou que o pai dele não cometeu o crime e estava sendo julgado por nada, mas não foi assim: ele tirou uma vida”. Esposa de Messias, Maria Cristina Almeida completa: “Ele acabou com a família dos Camargo. Os filhos ficaram sem pai, sem estudar, tiveram que se virar como puderam. Os filhos dele [Prochet] estão aqui, formados, defendendo ele. E os filhos de Sebastião?”.

Messias participou do primeiro julgamento do presidente da UDR, e diz que, apesar da sensação ser ainda diferente, se sente muito feliz. “Achei que foi justo, que a lei foi cumprida. Até que enfim justiça para Sebastião Camargo”.

Na primeira vez em que o ruralista foi a júri popular, a esposa e outro filho do trabalhador sem-terra assassinado estiveram presentes. A viúva, no entanto, não chegou a ver o fim do processo. Morreu em julho de 2014.

Ataques à reforma agrária

A defesa de Marcos Prochet sustentou a tese de que a acusação contra o ruralista era de cunho ideológico, pois o mesmo integrava a UDR e combatia as ocupações de fazendas da região. Apesar da tentativa dos advogados de difamar a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao utilizar materiais de origem duvidosa, a promotora de Justiça, Ticiane Santana Pereira, lembrou que, no júri, o réu não era o MST. “Não estaremos julgando a estrutura fundiária brasileira. Nós tivemos vítimas, e ela não é quem está sentado no banco dos réus”, aponta.

A defesa também tentou atribuir a culpa do crime a Jair Firmino Borracha, o “coxo”. Borracha já foi condenado, em 2011, pelo assassinato do sem-terra Eduardo Anghinoni, ocorrido em 1999. Prochet esteve no julgamento de Borracha e deu declarações ao jornal Folha de S. Paulo afirmando a inocência do pistoleiro.

O fazendeiro também chorou e disse que, por histórias pessoais, é contra o porte de armas e que desestimulava despejos ilegais. No entanto, declarações fornecidas a jornais da região na época mostram o contrário. Em um deles, ao comentar sobre os despejos ilegais que aconteciam nas proximidades, o ruralista declarou que “O único recurso que temos é a lei da selva, e os fazendeiros estão se armando para defenderem suas propriedades”.

A promotoria criticou a morosidade do processo, que dura quase 20 anos em razão de “manobras” que, inclusive, anulou o primeiro júri que condenou Prochet. “Vocês estão aqui porque muitas vezes quem se faz de vítima gozou de grandes privilégios, com a melhor defesa, de quem só tem dinheiro pode pagar”.

Os advogados Fernando Prioste e Claudemar Oliveira participaram como assistentes da acusação. Após exposição dos advogados da defesa, Prioste trouxe elementos que demonstraram as contradições de testemunhas do réu, que foram usadas como álibis para tentar provar que Marcos Prochet estava em diferentes compromissos no horário do crime e que não poderia ter participado do ataque. No entanto, os depoimentos apontam que o ruralista estaria em ao menos dois lugares diferentes no mesmo horário.

O julgamento foi presidido pelo juiz Thiago Flores Carvalho, da 2ª Vara do Tribunal do Júri.

Entenda o caso

Sebastião Camargo foi morto aos 65 anos, durante um despejo ilegal realizado por uma milícia privada ligada à UDR. Segundo as testemunhas, cerca de 30 pistoleiros encapuzados participaram da ação, ocorrida no dia 7 de fevereiro de 1998, no município de Marilena, Noroeste do estado. Além do assassinato de Camargo, 17 pessoas, inclusive crianças, ficaram feridas. A ação aconteceu em seguida de um despejo na Fazenda Santo Ângelo, próxima à região.

Local do assassinato de Sebastião Camargo, a Fazenda Boa Sorte estava em processo de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já havia sido vistoriada, considerada improdutiva, e estava em processo de indenização dos proprietários. Dono da Fazenda Boa Sorte, Teissin Tina recebeu, posteriormente, cerca 1 milhão e 300 mil reais pela propriedade, área onde hoje está localizado o Assentamento Sebastião Camargo.

Seis pessoas viram a participação de Marcos Prochet na desocupação – quatro delas viram o momento em que Sebastião Camargo foi morto, e reconhecem o ruralista como autor do disparo.

Outras três pessoas já foram condenadas por participação no assassinato de Sebastião Camargo. Teissin Tina recebeu condenação de seis anos de prisão por homicídio simples; Osnir Sanches foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais. Augusto Barbosa da Costa, integrante da milícia privada, também foi condenado, mas recorreu da decisão.

Denunciado apenas em 2013, o ruralista Tarcísio Barbosa de Souza, presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, ligada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), também responde pelo crime. O ruralista é ex-tesoureiro da União Democrática Ruralista (UDR) e ex-vereador em Paranavaí pelo partido Democratas (DEM).

O crime compõe o cenário de grande violência no campo vivido no período do governo Jaime Lerner no Paraná. De 1995 a 2002, 16 trabalhadores sem terra foram assassinados no estado. A ação de milícias armadas – organizadas a partir de uma empresa de segurança de fachada, contratada pela UDR – aparece como uma constante nas investigações dos despejos violentos e assassinatos por conflitos de terra. A maioria dos assassinatos ocorridos neste período teve participação dos grupos ilegais, inclusive no de Sebastião Camargo.

Investigações feitas pela polícia apontam que as milícias realizavam contrabando internacional de armas, tinha ramificações na Polícia Militar e atuava de forma a impedir investigações dos crimes cometidos, pois contava com a anuência de parlamentares brasileiros. Denúncias dos trabalhadores rurais apontaram para a existência de uma “Caveirão Rural”, veículo blindado de fabricação artesanal, semelhante ao utilizado pela polícia do Rio de Janeiro, utilizado pelos pistoleiros e latifundiários para despejos ilegais.

CARTA FINAL – A idolatria da propriedade contra a vida na terra. Site da CPT, 03/11/2016.

Carta Final do Encontro Nacional de Formação e Conselho Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizados entre os dias 22 e 29 de outubro, em que agentes da CPT de todo o país discutiram a “questão agrária atual”. Os e as agentes da CPT refletiram sobre a conjuntura política problemática que vivemos, em que o Estado se divorciou da sociedade que, descontente, dá sinais de renovação das lutas populares, com a ocupação das ruas reivindicando seus direitos e contra os desmandos desse governo golpista, com as ocupações de escolas e institutos federais, e com a reação dos povos originários, nas retomadas e autodemarcações de seus territórios tradicionais. Da mesma forma, denunciaram a investida do capital contra os povos do campo, aumentando a violência que já bate os 50 assassinatos em 2016. Confira na íntegra:

Aos agentes da CPT, às Igrejas e aos companheiros e companheiras na caminhada e a toda a sociedade,

“(...) [A] idolatria da propriedade, da riqueza e do poder (...) é a causa da violência que acompanha a luta pela terra (...)” (CNBB. “Igreja e Questão Agrária no início do século XXI”, nº 274)

Realizamos o Encontro Nacional de Formação e a reunião do Conselho Nacional da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em Luziânia - GO, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, entre os dias 22 e 29 de outubro de 2016, aprofundando o tema “*Questão Agrária no Brasil atual: permanência, limites e possibilidades*”. Nesta ocasião foi lançado o livro “*CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança*” encerrando o ciclo de eventos celebrativos dos 40 anos da CPT.

O contexto político que nos envolve, preocupa e desafia é de um golpe contra a democracia, tão escancarado quanto acobertado por um manto de legalidade. A derrubada do governo eleito foi a estratégia para desmontar garantias e direitos conquistados desde a Constituição de 1988, chamada “cidadã”. Tudo para favorecer ainda mais o sistema predador dos bens da natureza e dos bens sociais dos homens e mulheres desta terra, de hoje e de amanhã. Rompe-se assim aquele pacto social constitucional, e tudo pode ilegitimamente acontecer contra o povo.

Toma conta da sociedade, nos mais diferentes ambientes, uma cultura de linchamento, que simplifica e nega o direito à diferença entre pessoas, gêneros, origens, etnias, religiões, culturas, posições ideológicas e políticas, a alimentar preconceitos,

intolerâncias e ódios e a tirar o foco do sistema do capital. Sistema que engendra e se nutre deste individualismo exacerbado e suicida, em nome da “liberdade” do mercado, do “desenvolvimento” e do “progresso”, sob a falsidade de que isto é bom para todos. Processo este em que as religiões, em especial a cristã, cumpre um papel decisivo, de suprema legitimação, sacralização idólatra do mercado, quando se rende à “teologia da prosperidade”.

Conforme relatos de nossos agentes de todos os cantos do país, avolumam-se a apropriação e a concentração de terras por antigos e novos sujeitos atrelados ao capital nacional e internacional, recrudescendo ainda mais a violência contra camponeses, povos originários e comunidades tradicionais. A “novidade” é o capital financeiro, articulado ao capital do agronegócio de exportação. Não produz bens e riquezas para a nação, mas se nutre da especulação, espoliação e privatização do que é de todas e todos e de toda a vida: solos, águas, minérios, petróleo, ar, biodiversidade... Ambos avançam também sobre unidades de conservação e preservação ambiental e sobre terras públicas devolutas, a fim de tornar todas as terras e bens da natureza mercadorias e ativos financeiros.

Este quadro é o continuísmo de uma relação com a terra como base do poder econômico e político, que vem desde o período colonial, com o regime de sesmarias, passando pela mercantilista Lei de Terras em 1850 e pelos institutos legais posteriores. É uma história de negação da terra aos povos indígenas, aos escravos libertos e às diversas categorias de camponeses. História de criminalização da questão agrária, de violências e morte contra os pequenos do campo, das águas e das florestas. Violência que atinge hoje níveis dos mais elevados, principalmente na Amazônia. **Já são 50 assassinatos de camponeses em luta somente em 2016; número igual a todo o ano de 2015.** História também de resistências populares, quilombos, ocupações, acampamentos e retomadas.

Hoje, fortalecidos pelo golpe, os setores ruralistas de sempre tramam e impõem, com conivência e apoio dos Três Poderes, emendas constitucionais e projetos de lei que intensificam a privatização e mercantilização ilimitada da terra e dos recursos naturais, a flexibilização das leis ambientais e trabalhistas para atender aos interesses de acumulação incessante e progressiva de capital globalizado. A PEC 241, que limita e congela gastos públicos com políticas sociais, por 20 anos, é a evidência maior do sentido do golpe, por um Estado contra o Povo e a favor da acumulação de capital, poupado de cortes e limites. A proposta de “reforma da reforma agrária” se propõe corromper a escolha do público

beneficiado, facilitar o negócio de terras e sufocar os movimentos e organizações sociais do campo.

Contudo, as lutas populares ganham força. As diversas mobilizações que vêm ocorrendo Brasil afora, a exemplo das ocupações de cerca de 1.200 escolas públicas, Institutos e Universidades Federais pelos estudantes, os protestos indígenas em defesa da saúde, as articulações por uma greve geral etc., revelam a insatisfação com os rumos que vêm sendo dados ao nosso país e com o divórcio entre o Estado e a sociedade. Renova-se a esperança de que o povo volte a ocupar as ruas e praças, como em junho de 2013, para retomar o que é seu por direito democrático.

Crescem também a consciência, a resistência e as práticas de outras relações humanidade/natureza, alicerçadas nas formas de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, construídas na diversidade e pluralidade de culturas e caminhos que se expressam no que se denomina Bem Viver. São (re)inventadas formas de organização comunitária, de re-existência, através das retomadas e autodemarcações dos territórios, de produção e vivência agroecológicas, de uma economia popular solidária, de processos de educação popular, de produção de conhecimentos, que ajudam a construir a autonomia das comunidades. Aí se destaca o protagonismo de mulheres e jovens, contribuindo decisivamente para a descolonização dos saberes e das relações e práticas cotidianas. Vai se tornando evidente que a vida das pessoas e do planeta, hoje e amanhã, depende cada vez mais do que pode oferecer esta gente, pelo que produzem, pelo modo como produzem – alimentos saudáveis, cuidados ambientais e sociais etc. – e pela alternativa civilizatória que significam.

Uma sociedade nova e diferente é uma construção conjunta e intercambiada de todas as forças sociais descontentes com a atual. Por isso conclamamos as comunidades, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, as pastorais das diferentes igrejas, as religiões de matriz africana e indígena, as pessoas de boa vontade, a realizarmos um grande mutirão para defendermos nossos direitos ameaçados e cuidarmos da Casa Comum e de todos os seus integrantes.

A salvação da humanidade e do planeta depende da vivência de uma ecologia integral no campo e na cidade, como propõe o papa Francisco na encíclica *Laudato Si*.

Luziânia, 29 de outubro de 2016.

Nota de Repúdio à criminalização dos movimentos sociais e de solidariedade ao MST. Site da CPT, 04/11/2016.

Representantes de povos e comunidades tradicionais do Brasil e agentes das Pastorais do Campo (CPT, CPP, CIMI, Cáritas e SPM), reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, GO, fomos informados da agressão policial perpetrada contra o MST, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP, onde se encontra mais de uma centena de estudantes do Brasil e da América Latina. Entendemos que esse ato de violência é parte da “criminalização organizada” que agride frontalmente os movimentos sociais que lutam por seus direitos.

Repudiamos mais esse ato de violência e criminalização levada a cabo pelo Estado brasileiro em São Paulo, as também no Paraná e no Mato Grosso do Sul, e prestamos nossa solidariedade ao MST e a todos os atingidos por semelhantes agressões em todo o país.

Os movimentos sociais não são organizações criminosas e a luta por direitos é legítima.

Nos unimos a todos os lutadores e lutadoras desse país para evitar que nenhum direito seja tirado dos trabalhadores(as), das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

Luziânia, 04 de novembro de 2016.

Polícia invade ENFF sem mandado de busca e apreensão. Site do MST, 04/11/2016.

Os policiais chegaram por volta das 09h25, pularam o portão da Escola e a janela da recepção e entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam no local

Na manhã desta sexta-feira (04), cerca de 10 viaturas da polícia civil invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo.

De acordo os relatos, os policiais chegaram por volta das 09h25, pularam o portão da Escola e a janela da recepção e entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam na escola. Os estilhaços de balas recolhidos comprovam que nenhuma delas são de borracha e sim letais.

Neste momento, a polícia está em frente à ENFF. Diante da ação de advogados, os policiais recuaram. A invasão na Escola ocorreu sem mandado judicial, o que é ilegal.

O MST repudia a ação da polícia de São Paulo e exige que o governo e as instituições competentes tomem as medidas cabíveis nesse processo. Somos um movimento que luta pela democratização do acesso a terra no país e a ação descabida da polícia fere direitos constitucionais e democráticos.

A operação em SP decorre de ações deflagradas no estado do Paraná e Mato Grosso do Sul. A Polícia Civil executa mandados de prisão contra militantes do MST, reeditando a tese de que movimentos sociais são organizações criminosas, já repudiado por diversas organizações de Direitos Humanos e até mesmo por sentenças do STJ.

Em nota, MST pede por mais Reforma Agrária e pelo fim da criminalização do Movimento. Site do MST, 04/11/2016.

O MST denuncia a “escalada da repressão contra a luta pela terra, onde predominam os interesses do agronegócio associado a violência do Estado de Exceção” após ação da Polícia Civil do PR nesta sexta.

Nesta sexta-feira (4), o MST amanheceu sobre os holofotes da criminalização. Uma ação truculenta da polícia, batizada de “Castra”, envolveu três estados, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e teve como principal objetivo prender e criminalizar as lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, militantes assentados da região central do Paraná.

Em nota, o MST denuncia a “escalada da repressão contra a luta pela terra, onde predominam os interesses do agronegócio associado a violência do Estado de Exceção”.

“Lembramos que sempre atuamos de forma organizada e pacífica para que a Reforma Agrária avance. Reivindicamos que a terra cumpra a sua função social e que seja

destinada para o assentamento das 10 mil famílias acampadas no Paraná”, afirma trecho da nota.

Em São Paulo, 10 viaturas da polícia civil invadiu a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, São Paulo. Dois militantes foram detidos nessa ação.

De acordo os relatos, os policiais chegaram por volta das 09h25, pularam o portão da Escola e a janela da recepção e entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam na escola. Os estilhaços de balas recolhidos comprovam que nenhuma delas são de borracha e sim letais.

Já no Mato Grosso do Sul, 3 viaturas policiais, com placas do Paraná, entraram no Centro de Pesquisa e Capacitação Geraldo Garcia (CEPEGE), em Sidrolândia. A ação policial procurava por militantes do MST do Paraná que, supostamente, estariam naquele centro. Os policiais permaneceram no local até, aproximadamente, 9h da manhã quando foram embora sem ninguém preso. Durante a ação foi impedida a utilização de celulares.

A militância que estava no CEPEGE realizava trabalhos de limpeza e manutenção do espaço.

Confira nota na íntegra:

Mais Reforma Agrária e fim da criminalização do MST

Mais uma vez o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é vítima da criminalização por parte do aparato repressor do Estado Paranaense. A ação violenta batizada de “Castra” aconteceu na sexta-feira (04/11/2016), no Paraná, em Quedas do Iguaçu; Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul; também em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O objetivo da operação é prender e criminalizar as lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, militantes assentados da região central do Paraná. Até o momento foram presos seis lideranças e estão a caça de outros trabalhadores, sob diversas acusações, inclusive organização criminosa.

Desde maio de 2014, aproximadamente 3 mil famílias acampadas, ocupam áreas griladas pela empresa Araupel. Essas áreas foram griladas e por isso declaradas pela Justiça Federal terras públicas, pertencentes à União que devem ser destinadas para a Reforma Agrária.

A empresa Araupel que se constitui em um poderoso império econômico e político, utilizando da grilagem de terras públicas, do uso constante da violência contra trabalhadores rurais e posseiros, muitas vezes atua em conluio com o aparato policial civil e militar, e tendo inclusive financiado campanhas políticas de autoridades públicas, tal como o chefe da Casa Civil do Governo Beto Richa, Valdir Rossoni.

Salientamos que essa ação faz parte da continuidade do processo histórico de perseguição e violência que o MST vem sofrendo em vários Estados e no Paraná. No dia 07 de abril de 2016, nas terras griladas pela Araupel, as famílias organizadas no Acampamento Dom Tomas Balduino foram vítimas de uma emboscada realizada pela Policia Militar e por seguranças contratados pela Araupel. No ataque, onde foram disparados mais de 120 tiros, ocorreu a execução de Vilmar Bordim e Leomar Orback, e inúmeros feridos a bala. Nesse mesmo latifúndio em 1997 pistoleiros da Araupel assassinaram em outra embosca dois trabalhadores Sem Terra. Ambos os casos permanecem impunes.

Denunciamos a escalada da repressão contra a luta pela terra, onde predominam os interesses do agronegócio associado a violência do Estado de Exceção.

Lembramos que sempre atuamos de forma organizada e pacífica para que a Reforma Agrária avance. Reivindicamos que a terra cumpra a sua função social e que seja destinada para o assentamento das 10 mil famílias acampadas no Paraná.

Seguimos lutando pelos nossos direitos e nos somamos aos que lutam por educação, saúde, moradia, e mais direitos e mais democracia.

Lutar, construir Reforma Agrária Popular.

Curitiba, 04 de novembro de 2016.

Nota de Solidariedade da CONTRAF BRASIL ao MST. Site da FETRAF, 04/11/2016

CONTRAF BRASIL se manifesta em solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que foram alvo da polícia civil na tentativa de criminalizar os movimentos sociais.

Nota de Solidariedade da CONTRAF BRASIL ao MST

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL) se manifesta em solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que foi alvo de ação policial montada pelo governo elitista e midiático, cujo objetivo é criminalizar os movimentos sociais.

Na manhã de hoje, 04.10, a polícia civil invadiu, sem mandado judicial, a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. O alvo dos policiais foi justamente a escola que é referência para o processo de formação da militância, com mais de 30 anos, e reconhecida internacionalmente.

Os policiais atiraram contra as pessoas e fez busca e apreensão em três unidades de formação do MST: Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A ação é uma tentativa de coagir e calar os movimentos sociais.

Vale lembrar, que o ato de violência da polícia tem se repetido, exemplo disso, são as prisões de lideranças dos movimentos dos trabalhadores rurais em vários estados como Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará.

Diante das barbaridades cometidas na atual conjuntura política contra os movimentos sociais do campo, da floresta, das águas e da cidade a CONTRAF BRASIL repudia todo ato que venha criminalizar as sociedades organizadas, a exemplo destas violências cometidas pela polícia no dia de hoje e nas ocupações dos movimentos estudantis. Os atos representam censura e a volta da ditadura militar, onde não era respeitado o direito de ir e vir do cidadão.

A CONTRAF BRASIL, entidade que representa os agricultores e agricultoras familiares, reafirma sua luta contra as medidas que tentam denegrir os movimentos sociais perante a sociedade e defende que somente por meio do sindicalismo combativo é que a população terá seus direitos garantidos.

Para a CONTRAF BRASIL a reforma agrária é uma questão estratégica para o Brasil, se de fato pretende-se ser uma sociedade efetivamente democrática e objetiva ser um País liberto da fome e da miséria, além de ser o caminho indispensável na trajetória para a conquista da soberania alimentar e nutricional do povo brasileiro.

Brasília, 4 de novembro de 2016

Coordenação Nacional da CONTRAF BRASIL

Inkra orienta população sobre regularização fundiária em Brazlândia (DF). Site do INCRA, 04/11/2016.

Durante esta sexta-feira (14), servidores do Incra vão tirar dúvidas da população de Brazlândia (DF) sobre regularização fundiária e liberação de cláusulas resolutivas – condições que devem ser cumpridas por agricultores familiares beneficiados com lotes na região para que tenham direito ao título definitivo da área. A ação ocorre durante o 1º Encontro sobre Sustentabilidade do Parque Veredinha, promovido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

O evento será realizado no próprio parque, em Brazlândia, das 8h30 às 17h. Em parceria com o MPDFT, o Incra orientará o público em geral sobre a regularização fundiária dos lotes localizados no Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (Picag). “Antes, o nosso foco foi a colonização da região. Agora, priorizamos a regularização fundiária, para dizer quais áreas são públicas e quais já estão regularizadas”, afirma o analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra Assis Brasil, que estará presente no encontro.

Um dos principais objetivos é, segundo a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência do Incra no Distrito Federal e Entorno, evitar o parcelamento irregular do solo na região. A autarquia detém o domínio de parte das áreas rurais de Brazlândia.

O 1º Encontro sobre Sustentabilidade do Parque Veredinha é uma das iniciativas do Projeto Preserva Brazlândia, coordenado pelo MPDFT. A ação tem entre as principais metas a preservação ambiental da área da Bacia do Descoberto, responsável pelo abastecimento de água de mais de 60% da população do Distrito Federal.

Outras instituições participam do evento com estandes para exposição ao público, como a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Nova feira anima assentados da região metropolitana de Porto Alegre (RS). Site do INCRA, 04/11/2016.

Na expectativa de repetir o êxito da abertura, assentados da região metropolitana de Porto Alegre (RS) retornam, neste sábado (05), à feira ecológica do bairro Petrópolis. A grande circulação de pessoas e o bom volume de vendas na inauguração, dia 29 de outubro, animaram os agricultores.

São 24 bancas de produtos agroecológicos. Cinco delas reúnem a produção de 28 famílias de assentamentos de Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Viamão e São Jerônimo.

Para Francieli Rigon de Oliveira, do assentamento estadual Jânio Guedes Silveira (em São Jerônimo), foi a primeira experiência com feiras. Ela destaca a oportunidade de contato com os consumidores e a possibilidade de adequar-se às necessidades deles. “O que mais me chamou a atenção foi o movimento do primeiro dia. Muita gente veio conhecer e tirar dúvidas. Não é só colocar o produto na prateleira, a gente pode conversar com os clientes”.

A partir do diálogo, Francieli apurou a preferência do público por frutas da estação. “O pessoal pede muita fruta. Tanto que vendemos todas as bandejas de moranguinho em uma hora”, afirma.

Para o segundo sábado, ela e o marido ampliaram a quantidade – no primeiro dia foram 12 bandejas, neste sábado serão 16. O morango é produzido sem o uso de agrotóxicos e a embalagem de 250 gramas custa entre R\$ 6 e R\$ 8, conforme o tamanho das frutas. Também levarão 20 quilos de pêssego, produzidos por vizinhos.

Francieli representa um grupo de cinco famílias do assentamento, que cultivam produtos agroecológicos certificados, tais como alho poró, repolho, espinafre, alface, couve-flor, couve, beterraba, brócolis, cenoura, cebola e temperos. O faturamento na abertura da feira chegou a aproximadamente R\$ 600. Em conjunto com o grupo de Eldorado do Sul, os assentados levaram 20 caixas de alimentos.

Avaliação positiva

Segundo Sidinei Pietroski, do setor comercial da Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Coperav), o início surpreendeu os feirantes. “Por ser o primeiro dia, teve um movimento bem grande. Os consumidores saíram contentes, porque a comunidade estava pedindo a feira”. Segundo ele, a Coperav comercializou cerca de R\$ 1 mil na inauguração.

Os itens mais vendidos foram alface, tempero verde e espinafre. Pietroski também destaca a procura pelo arroz orgânico: pacotes do tipo agulhinha e o arbóreo, cateto e vermelho comercializados a granel. “Optamos assim para as pessoas experimentarem e teve uma boa saída”, justifica o assentado. A Cooperativa oferece uma lista de 50 produtos entre hortaliças, verduras e frutas, de acordo com a safra.

A feira ecológica do bairro Petrópolis ocorre todos os sábados, das 7h às 13h, na rua Rômulo Telles Pessoa, ao lado da praça André Forster. A expectativa dos assentados é consolidar mais um ponto de venda direta de produtos orgânicos – o oitavo na capital gaúcha, organizado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Incra realiza levantamento de obras de infraestrutura para 30 assentamentos no Piauí. Site do INCRA, 07/11/2016.

Em reunião realizada na Superintendência Regional do Incra no Piauí, foram definidas ações de desenvolvimento de assentamentos na área de implantação de obras de infraestrutura. O planejamento pretende atender famílias de cerca de 30 assentamentos localizados em 15 municípios do estado. Participaram da reunião - que aconteceu no dia 31 de outubro na sede da autarquia, em Teresina -, representantes do Incra/PI e o deputado estadual Georgiano Neto.

De acordo com o levantamento, as obras de infraestrutura apontadas pelo Instituto são de implantação e recuperação de estradas vicinais, implantação e recuperação de sistemas de abastecimento de água (poço, caixa d'água e rede de distribuição). “Serão recuperados 2,24 quilômetros de rede, 11 poços e instaladas nove caixas d'água de 10 mil litros”, destacou o superintendente do Incra/PI, Howzembergson Lima.

No próximo ano, o Incra/PI pretende iniciar as obras de implantação de sistemas de captação e distribuição de água para atender, principalmente, famílias assentadas na região do Semiárido. “Recebemos a informação depois de uma reunião, em Brasília, com a Presidência do Incra, Superintendência Regional e parlamentares piauienses que em 2017 a Superintendência receberá recursos para implementação de obras em todo o estado”, explicou Howzembergson Lima.

Segundo Lima, a superintendência tem como meta também a implantação e recuperação de estradas vicinais para o escoamento da produção dos assentamentos, assim como a construção de casas de farinha e fábrica de mel para fomentar a agroindustrialização de famílias da reforma agrária.

Comissão discute soluções para conflitos no campo em Pernambuco. Site do INCRA, 07/11/2016.

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo promoveu audiências em Pernambuco, no período de 25 a 27 de outubro, em Recife, com o objetivo de discutir conflitos agrários no estado. O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, que preside a comissão, reuniu-se com representantes do Poder Judiciário, órgãos públicos estaduais, movimentos sociais e sindicais do campo e com gestores das superintendências regionais do Incra em Pernambuco, com sede na capital, e do Médio São Francisco, localizada em Petrolina.

Na primeira audiência, dia 25, com o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jones Figueiredo, foi solicitada a criação de vara agrária com a designação de juiz específico para analisar e julgar os processos relacionados a conflitos no campo. O desembargador e diretor da Escola de Magistratura do TJPE, Eurico Filho, comprometeu-se a promover um seminário com juízes estaduais sobre negociação e resolução de conflitos agrários.

Segundo a ouvidora agrária da superintendência do Incra em Pernambuco, Elizabete Rafael, o estado já possui unidades agrárias da Promotoria e Polícia Civil, além da Ouvidoria Regional da autarquia, para atuar na medição e resolução de conflitos no campo. Ela destacou que “é necessário que o Judiciário pense na solução do conflito e, não apenas, em emitir ordem de reintegração de posse”. A ouvidora regional ressaltou que em poder da Polícia Militar de Pernambuco, por exemplo, existem 236 ações de reintegração de posse, sendo que muitas já foram executadas, mas os trabalhadores rurais reocuparam as áreas, mostrando que o conflito não foi resolvido.

Nos dias 26 e 27 de outubro, a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo promoveu audiências com a participação do Instituto de Terras de Pernambuco

(Iterpe), das superintendências do Incra de Pernambuco e do Médio São Francisco, movimentos sociais e sindicais do campo, além de proprietários de imóveis rurais. Os encontros ocorreram para discutir conflitos em áreas emblemáticas no estado, como Usinas Maravilha e Cruangi (na Zona da Mata Norte), comunidade Zé Pojuca (em Ipojuca), Fazenda Lagoa da Vaca (em Manari), Usina Frei Caneca (Zona da Mata Sul) e Engenho do Una (São Lourenço da Mata). As denúncias de ameaças e violências no campo relatadas durante os encontros serão investigadas pela delegacia especializada agrária da Polícia Civil.

Conselho Nacional de Direitos Humanos discute soluções para conflitos agrários em Rondônia. Site do INCRA, 08/11/2016.

Os conflitos agrários em Rondônia pautaram a reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, promovida nesta terça-feira (9), na sede do Incra, em Brasília (DF). O encontro ocorreu para discutir ações de enfrentamento a estes casos e a atos de violação de direitos humanos no campo.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos apresentou relatório com ocorrências de homicídios, ameaças de mortes e outras formas de violência contra posseiros, quilombolas, trabalhadores rurais sem terra, extrativistas e defensores desses grupos em áreas com disputas pela posse da terra em Rondônia. Em 2015, foram 20 assassinatos decorrentes de conflitos agrários no estado. O documento apontou também recomendações aos poderes Executivo e Judiciário (estadual e Federal) para resolução e combate a esses incidentes.

Além de representantes do Incra, a reunião contou com participação de representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Liga dos Camponeses Pobres, Ministério Público Federal (MPF), Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização dos Seringueiros de Rondônia, das organizações da sociedade civil Justiça Global, Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis e Transexuais (ABGLT), da Ouvidoria Agrária Nacional, Polícia Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal).

A coordenadora geral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Renata Pinho Gomes, destacou que os casos de violação de direitos humanos em Rondônia exigem atuação imediata do poder público para resolução dos conflitos decorrentes da disputa pela posse da terra e apuração dos crimes cometidos no campo. Ela ressaltou que a comissão indicou recomendações e vai monitorar a execução dessas medidas em atendimento às reivindicações das comunidades rurais no estado.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da República, Deborah Duprat, salientou que o MPF está acompanhando os conflitos e as violações de direitos humanos no campo para exigir resposta do poder público.

Para o representante da Fetagro, Fábio de Menezes, o relatório do conselho é importante pois apresenta recomendações e busca soluções para os conflitos agrários no estado, decorrentes da ocupação irregular de terras públicas e da demanda de regularização fundiária dessas áreas.

O superintendente regional do Incra em Rondônia, Cletho Muniz de Brito, disse que a autarquia elaborou um plano para atender as recomendações e atuar na resolução de conflitos registrados em 106 áreas identificadas como prioritárias para reforma agrária, regularização fundiária ou implantação de unidades de conservação. Ele ressaltou que a atuação do Programa Terra Legal da Serfal é essencial para encaminhamento de ações visando a destinação da maior parte dessas áreas para o assentamento de mais de 8 mil famílias acampadas no estado.

O assessor da presidência do Incra, Jorge Tadeu Jatobá Correia, afirmou que a direção nacional vai apoiar a superintendência regional da autarquia para assegurar o cumprimento das recomendações do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a execução de medidas propostas para promover o assentamento de famílias acampadas no estado.

Providências

Durante a reunião foram aprovadas providências complementares com o objetivo de assegurar o atendimento das recomendações apontadas no relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Entre as medidas estão a criação de um grupo executivo com a participação de órgãos públicos para analisar e encaminhar ações administrativas visando solucionar os conflitos em 106 áreas identificadas no estado e de um grupo jurídico para ingressar e acompanhar medidas judiciais visando a retomada de áreas ocupadas irregularmente.

Foi acertada também a realização de reunião em Porto Velho (RO), no prazo de 30 dias, entre a direção nacional do Incra e da Serfal para tratar da destinação de terras para reforma agrária e a regularização fundiária de posses no estado.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos vai reiterar aos órgãos citados no relatório, que ainda não se pronunciaram, a apresentação de providências em atendimento às recomendações apontadas. Vai solicitar também atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para garantir o julgamento de processos relativos a conflitos agrários em Rondônia e requisitar a sensibilização e a capacitação dos magistrados locais quanto ao julgamento de causas coletivas.

Sem Terra reocupam fazenda improdutiva e são ameaçados por pistoleiros. Site do MST, 08/11/2016.

As famílias entraram em contato com a Casa Militar para denunciar as constantes ameaças, porém não houve retorno

Cerca de 100 famílias reocuparam a fazenda Santa Maria, localizada em Ruy Barbosa, na Chapada Diamantina, na manhã deste domingo (06), com o objetivo de denunciar a improdutividade da área e agilizar o processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

A ocupação é proveniente de um despejo, realizado nesta última quinta-feira (03), emitido pela justiça local.

De acordo com as famílias, o processo de reocupação foi tenso e conflituoso por conta da invasão de pistoleiros na área do acampamento. Diversas ameaças foram realizadas para

pressionar os trabalhadores e trabalhadoras a desocuparem a fazenda. Como as famílias não se intimidaram, os pistoleiros saíram do acampamento afirmando que voltariam em número maior e usariam a força física para expulsá-los.

O latifúndio pertence a Nilza Passos Baleeiro, da Empresa Estância Baleeiro LTDA. A área possui mais 1,6 mil hectares e o MST realizou diversas denúncias de desmatamento e venda ilegal de madeira. Até então, os processos estão travados.

O Movimento destaca que um indício claro da improdutividade da área está do arrendamento das terras. Nilza Baleeiro arrendou a fazenda para diversas pessoas, uma delas é Rogério Valverde, “representante legal e responsável pela contratação de jagunços que estão ameaçando as famílias”.

As famílias entraram em contato com a Casa Militar para denunciar as constantes ameaças, porém não houve retorno.

Este já é o segundo despejo sofrido pelas famílias Sem Terra que seguem resistindo. Desse processo de luta nasceu o Acampamento Olga Benário, onde há mais de dois anos produzem diversos alimentos saudáveis que são comercializados em feiras locais.

RIO GRANDE DO SUL: Conab doa cestas de alimentos a indígenas. Site da CONAB, 08/11/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), por meio da Superintendência regional do Rio Grande do Sul, inicia esta semana a distribuição de cestas de alimentos a comunidades indígenas em situação de insegurança alimentar no estado. A ação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), beneficiará 4,7 mil famílias dos municípios de Miraguai, São Valério do Sul e Passo Fundo.

Cada família receberá uma cesta com 20 Kg de alimentos, composta por arroz, feijão, farinha de trigo, farinha de milho, leite em pó e açúcar. Os produtos foram comprados da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com investimento de R\$ 327,96 mil.

A previsão é de conclusão das entregas, pela Conab, até 21 de novembro. Esta é a sétima e última etapa de 2016 de distribuição de cestas no RS. Ao todo, foram doadas 658 toneladas de alimentos, com investimento total de R\$ 2,96 milhões.

Em debate na CDH, indígenas e pequenos agricultores protestam contra Projeto Matopiba. Site da FETRAF, 09/11/2016

O projeto agrava a concentração fundiária, a violência no campo e a destruição do cerrado, causando ainda assoreamento dos rios e contaminação de aquíferos.

Convidados para audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta terça-feira (8), representantes de comunidades indígenas e de organizações de pequenos agricultores protestaram contra o Projeto Matopiba, implantado em região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia.

Considerada a última fronteira agrícola do país, a região apresenta alta produtividade na produção de grãos, especialmente soja, e acelerada expansão da área plantada. O projeto, afirmam os debatedores, agrava a concentração fundiária, a violência no campo e a destruição do cerrado, causando ainda assoreamento dos rios e contaminação de aquíferos.

Como disse Gecilha Crukoy, líder indígena do povo Krahô, as comunidades tradicionais não foram chamadas a discutir o projeto e hoje já enfrentam dificuldades em manter suas estratégias de produção e sobrevivência.

— Se matar nossa terra, como vamos viver? Sem terra ninguém vive e sem o rio ninguém vive. Somos semente da terra, broto da terra. Quando os brancos chegaram, já encontraram os indígenas. E por que não respeitam o povo indígena? — protestou.

Situação de agressão também foi relatada por Alexandro do Carmo Silva, descendente das primeiras famílias de agricultores que formaram a Comunidade Serra do Centro, no município de Campos Lindos, no Tocantins.

— Em 1911 nasceu meu avô, em 1935 nasceu meu pai e eu sou de 1985. Nasci e me criei na Serra do Centro, mas não somos reconhecidos como filhos de lá, somos vistos como

invasores. Mas os invasores, que dizem que são donos, são os grandes ‘projeteros’, que vem de Portugal, Minas Gerais, Santa Catarina, são os paranaenses, japoneses, paulistanos, que tomaram conta de tudo que era nosso — afirmou.

Além da falta diálogo com populações locais, as lideranças apontam falta de transparência das ações do projeto. Para Egon Heck, coordenador do Conselho Indigenista Missionário, o desrespeito às populações protagonizado pelo projeto pode levar à destruição das comunidades tradicionais.

Concentração fundiária

Autora do requerimento para realização do debate, a senadora Regina Sousa (PT-PI) manifestou preocupação com a concentração da propriedade das terras na região e a manipulação da população local por especuladores que querem se beneficiar da valorização das propriedades rurais.

Ela relatou casos ocorridos no Piauí, nos quais pequenos agricultores foram enganados e venderam suas terras por preços baixos a pessoas que lucram com a instalação de projetos de desenvolvimento.

— Os mais sabidos se aproveitam da ingenuidade das pessoas — protestou.

Conflitos

Isolete Wichinieski e Pedro Antonio Ribeiro, que falaram em nome da Comissão Pastoral da Terra (CPT), alertaram para os conflitos no campo, existentes há pelo menos duas décadas, mas agravados com a valorização das terras na região, desde o início do projeto Matopiba, regulamentado pelo Decreto 8.447/2015.

Como informaram, 53% das disputas por terra no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, nos últimos dez anos, ocorreram na região do Matopiba. Ambos relataram situações vivenciadas por diversas comunidades, que enfrentam dificuldades em se manter nas áreas de ocupação tradicional.

— Que território vai sobrar para essas comunidades? A especulação imobiliária e os latifundiários, empresas e corporações internacionais estão avançando para essas áreas com uma velocidade imensa, principalmente nas terras públicas — alertou Isolete Wichinieski.

Os debatedores também manifestaram preocupação com os recursos hídricos na região. Dados mostrados por Joice Bonfim, representante da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, revelam que o desmatamento e a grande movimentação de máquinas têm causado o assoreamento de rios.

Ela afirma ainda que o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras está contaminando rios e importantes aquíferos, que alimentam grandes bacias hidrográficas, como a do Rio São Francisco.

Para o procurador Felício de Araújo Pontes Júnior, do Ministério Público Federal, o projeto Matopiba fere o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que obriga governos a consultar os povos interessados “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”.

— A consulta aos povos interessados deveria ter sido feita antes da edição do decreto — afirmou ele.

O procurador sugeriu às lideranças que participaram do debate que se reúnam com o Ministério Público, para buscar maneiras de impedir o avanço do projeto Matopiba sobre as áreas indígenas e localidades ocupadas por populações tradicionais da região.

Após pressão da CONTAG, presidente da Câmara recua e diz que vai repensar Projeto de Lei sobre a estrangeirização das terras brasileiras. Site da CONTAG, 09/11/2016.

Em audiência com o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e a deputada Luciana Santos (PCdoB/PE), a CONTAG reafirmou sua posição contrária ao Projeto de Lei nº 4059/2012 (Projeto de Lei de estrangeirização das terras no Brasil), defendendo a abertura de um amplo processo de discussão com a população e com as entidades do setor a respeito do tema, considerando os interesses da população brasileira e, em especial, da construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

“O Brasil tá no centro do interesse do capital internacional por conta das nossas terras agricultáveis, das nossas águas, das nossas florestas... Achamos que se esse Projeto passar

não só os (as) trabalhadores (as) rurais vão sofrer, mas, o Brasil como um todo é quem perde sua soberania. Assim, propomos que o Projeto de Lei seja retirado de pauta, para termos uma conversa mais ampla com a sociedade, com os setores, inclusive, com Ministério da Defesa, com a Advocacia Geral da União e com o Supremo Tribunal Federal (STF), para que todos possam entender melhor o que o Projeto significa para o Brasil”, afirmou o secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Xavier.

A argumentação do MSTTR contrária ao Projeto foi detalhadamente explicada pela Assessora de Política Agrária da CONTAG, Nicinha Porto, que teve como base uma carta construída pela Confederação e enviada anteriormente para o presidente da Câmara e, para os presidentes e vice-presidentes dos partidos.

Ao final, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que a votação do Projeto de Lei nº 4059/2012 , que estava prevista para esta quarta-feira (9 de novembro) foi suspensa. Ainda se comprometeu em fazer junto a deputada Jandira Feghali, uma reunião com a Advocacia-Geral da União(AGU) e com o Ministério da Defesa.

“Olhando de longe e sem tá próximo ao tema, tendo a ser a favor do Projeto de Lei. Mas, diante da argumentação de vocês, quero saber a posição da AGU e da Defesa e, só depois dessa reunião volto a conversar com vocês. Por enquanto fica suspensa”, afirmou Rodrigo Maia, se comprometendo ainda em seguir conversando com a CONTAG sobre o Projeto de Lei nº 4059/2012 (Projeto de Lei de estrangeirização das terras no Brasil).

Processo de regularização da comunidade quilombola Cunani avança no Amapá. Site do INCRA, 10/11/2016.

O Incra abriu prazo para contestações ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Cunani, localizada no município amapaense de Calçoene. O edital que trata do assunto, publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado do Amapá nos últimos dias 4 e 7 de novembro, aponta como pertencente ao território uma área de 36,3 mil hectares, onde vivem 38 famílias remanescentes de quilombo.

Detentores de domínio abrangidos, demais ocupantes, confinantes e outros interessados terão prazo de 90 dias, a contar da segunda-feira (7), para apresentar

manifestações à Superintendência do Incra no estado, sediada em Macapá. O processo administrativo no qual consta o RTID pode ser consultado na regional, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

O território delimitado compreende áreas pertencentes à União e inerentes ao Parque Nacional do Cabo Orange, unidade de conservação administrada atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Um grupo de trabalho do qual participam membros do Incra e ICMBio está envolvido no andamento do processo.

Caberá ao Comitê de Decisão Regional do Incra o julgamento de eventuais contestações ao RTID sobre a comunidade Cunani – elaborado a partir de parceria entre a Fundação Marco Zero, instituição apoiadora do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e o estado do Amapá.

Caso o julgamento das contestações resulte na modificação das informações contidas no Relatório, o Incra republica o edital referente e notifica os interessados. Se as contestações não forem acatadas, é possível interpor recurso único, no prazo de 30 dias a contar da notificação. O provimento do recurso exige nova publicação, no Diário Oficial da União e do estado, das alterações no RTID, dando prosseguimento às ações para titulação da comunidade ([clique aqui](#) para saber mais sobre as etapas do processo).

História

A história da comunidade remonta à época da colonização das terras brasileiras pelos europeus. A Vila do Cunani, localizada no nordeste do Amapá (a 374 quilômetros da capital), foi originada de uma missão jesuítica francesa e tinha população composta predominantemente por aborígenes fugitivos da perseguição dos portugueses. A proximidade com a Guiana Francesa influenciou a vida no local, favorecendo, em especial, as relações comerciais entre os séculos XVII e XIX.

Em 1848, a abolição do regime escravagista nas colônias francesas fez com que grupos marginalizados do processo de organização das colônias vissem naquelas terras brasileiras uma área de possível liberdade. Conforme consta no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade, acredita-se que neste período a vila sofreu alterações em sua composição étnica, deixando

de ser um local predominantemente indígena para agregar outros grupos, especialmente os negros.

Um salto na história leva a 1997, ano de criação da Associação de Moradores e Agricultores da Vila de Cunani. O estatuto foi aprovado em 13 de abril daquele ano, no centro comunitário, com a presença do representante do Conselho da Associação dos Moradores do Estado do Amapá (Coam-AP).

Outra assembleia realizada sete anos depois, em outubro de 2004, reuniu a comunidade para aprovação de um novo estatuto, e o nome da entidade passou a ser Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo de Cunani. Neste mesmo ano, foi iniciado o processo de regularização do território no Incra.

Incra participa de audiência sobre regularização fundiária em Mato Grosso. Site do INCRA, 10/11/2016.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) participou, dia 8 de novembro, de audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá, para debater a regularização fundiária de imóveis rurais e a titulação de assentamentos. Na ocasião o presidente da autarquia agrária federal, Leonardo Góes, sinalizou com a titulação de 1,3 mil famílias assentadas no estado em 2016.

“O Mato Grosso é o nosso modelo para os demais estados na questão fundiária”, disse Góes - já que o processo de titulação terá início na região - e “a orientação do Governo Federal é de promover segurança jurídica no campo com a titulação de imóveis rurais e de lotes em assentamentos”. Ele destacou a previsão de entrega de outros 15 mil títulos para famílias assentadas em 2017 e reforçou a importância da continuidade de outras políticas para o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária e para a emancipação dos produtores rurais.

Também participaram da audiência os diretores do Incra de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Luiz Antônio Possas de Carvalho, e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Papalardo Arantes, além do superintendente substituto da autarquia no estado, João Bosco de Moraes.

Para o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Rogério Arantes, a titulação é uma necessidade dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. “A titulação do lote possibilita às famílias condições de se desenvolverem economicamente, obterem créditos mais facilmente, incrementarem a produção e serem mais respeitadas. Significa também a concretização de um sonho, um ato de justiça e reconhecimento do Incra com as muitas famílias que estão a mais de 10, 20 anos nos assentamentos.”

Já o Secretário da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), José Ricardo Ramos Roseno, dedicou sua fala à importância da titulação para o assentado acessar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. “A titulação não é o fim, é um meio. É o meio de dar segurança jurídica, dignidade e crescimento, pois a partir da regularização fundiária é que as políticas públicas chegam aos agricultores familiares. E, por isso, esta é uma prioridade do Governo Federal”, avaliou Roseno.

A audiência contou com representantes da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), do Governo Federal, assim como da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Empaer) e do Instituto de Terra de Mato Grosso (Intermat), do Governo de Mato Grosso. Participaram também dezenas de parlamentares, prefeitos e vereadores, bem como representantes da Defensoria Pública e diversas lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo.

Incra cria três novos assentamentos para 119 famílias no Sul do Pará. Site do INCRA, 11/11/2016.

A Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará vai criar os projetos de assentamento Capivara e São José da Água Bonita, ambos no município de Conceição do Araguaia, e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro, em Marabá.

Com esta ação, publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de novembro, foram criadas 119 vagas para assentar famílias de trabalhadores rurais nos assentamentos no Sul do Pará. No assentamento Capivara serão 68 lotes numa área de 1.970 hectares e no São José

da Água Bonita, 14 lotes em 1.153 hectares. No PDS Porto Seguro serão 37 lotes em 1.069 hectares.

A partir de agora, serão realizados os trâmites administrativos para que as famílias candidatas sejam cadastradas e selecionadas, para um lote nos assentamentos. A exceção será o PDS, pois abrigará uma comunidade tradicional que já estava na área há mais de 10 anos.

Nova modalidade

O PDS Porto Seguro é o primeiro desta modalidade a ser criado no Sul do Pará. Desde abril deste ano, o Incra vem trabalhando junto à comunidade que já ocupava a área e criou o Plano de Uso do PDS Porto Seguro. É um plano que tem por objetivo assegurar a sustentabilidade do Projeto, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos assentados. No documento, consta a relação das condutas não predatórias, incorporadas à cultura dos agricultores, bem como os demais procedimentos que devem ser seguidos para o cumprimento da legislação ambiental brasileira.

Segundo a engenheira florestal Camila Perrone, o plano não foi desenvolvido apenas no âmbito do Incra no Sul do Pará, com dese em Marabá, mas recebeu a contribuição de outras superintendências regionais do Instituto, como as de Belém e a de Macapá, e dos órgãos ambientais da região, como: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) de Marabá e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “É importante destacar que a interação entre a equipe técnica do Incra em Marabá, o apoio de outras superintendências e dos órgãos ambientais, além da comunidade local, foi fundamental para a realização do trabalho”, avalia Camila.

Publicados relatórios de identificação de dois territórios quilombolas em São Paulo. Site do INCRA, 11/11/2016.

O Incra em São Paulo publicou no último dia 8 de novembro os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de duas comunidades quilombolas do estado: Jaó, localizado no município de Itapeva (sudoeste paulista), e Pedro Cubas, em Eldorado (Vale do Ribeira). A publicação dos editais contendo o resumo dos relatórios no Diário Oficial

da União marca importante avanço para o processo de regularização fundiária dos territórios reivindicados por estas duas comunidades.

A elaboração do RTID é considerada a fase mais complexa do processo de titulação conduzido pelo Incra. Trata-se de um conjunto de peças técnicas e antropológicas que documentam a história da comunidade, sua formação e ocupação do território. A publicação dos dois relatórios foi possível graças ao convênio existente desde 2014 entre o Incra/SP e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que prevê trabalhos conjuntos e multidisciplinares com o objetivo de reconhecer 12 comunidades remanescentes de quilombo no estado.

Uma das comunidades beneficiadas, a dos remanescentes do Quilombo do Jaó, é composta por 64 famílias. A área descrita em duas glebas totaliza 165,83 hectares. Já o território quilombola de Pedro Cubas, onde vivem 51 famílias, possui área descrita em quatro glebas, com 3.795,67 hectares. Destas, duas glebas foram julgadas devolutas, somando uma área de 2.436,33 hectares, que já foram tituladas aos quilombolas pelo estado de São Paulo. A área restante, de 1.359,33 hectares, é particular e está em nome de Gregório Marinho, ancestral fundador da comunidade de Pedro Cubas.

Com a publicação dos RTIDs, os detentores de domínio nos perímetros descritos, demais ocupantes, confinantes e terceiros interessados terão 90 dias para apresentarem suas contestações ao relatório. As manifestações, instruídas com provas pertinentes, deverão ser encaminhadas à sede regional do Incra na capital paulista. Os processos relativos aos dois territórios estarão à disposição para consulta no Setor de Regularização de Territórios Quilombolas, mediante agendamento por telefone ([clique aqui](#) para acessar as informações detalhadas no edital).

Próximos passos

Além dos ocupantes e confinantes, o Incra encaminha notificação sobre a identificação e delimitação do território para órgãos ligados ao patrimônio público, cultural e meio ambiente, dentre outros, a fim de verificar eventual existência de sobreposição de interesses nas áreas.

Somente depois de encerrada a conciliação desses interesses públicos e o julgamento de recursos e contestações de particulares é que a presidência do Incra publica a portaria de reconhecimento, que reconhece e declara os limites do território quilombola.

Após essa etapa, ocorre a publicação de decreto presidencial autorizando a desapropriação do imóvel e é iniciado procedimento visando a obtenção da área. A ação é encaminhada à Justiça Federal, e se houver uma decisão favorável ao Incra, a autarquia é imitada na posse da área. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, em nome da associação dos moradores, e registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para os beneficiados.

MST realiza III Feira Cultural da Reforma Agrária Ceará. Site do MST, 11/11/2016.

O evento pretende dar visibilidade à produção camponesa e agroecológica, ao ofertar alimentos produzidos em áreas de assentamentos para a população urbana

Neste sábado (12), o MST realiza a III Feira Cultural da Reforma Agrária em Fortaleza, Ceará. O evento ocorre no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, localizado na Rua Paulo Firmeza, 445, bairro São do Tatuapé.

A III Feira Cultural da Reforma Agrária tem como objetivo dar visibilidade à produção camponesa e agroecológica, ao ofertar alimentos produzidos em áreas de assentamentos para a população urbana a possibilidade de consumir produtos livres de agrotóxicos.

O evento inicia a partir das 9h com a comercialização de produtos oriundos de áreas de assentamentos do Movimento. A partir das 10h Seminário sobre "os desafios do Feminismo na Luta Contra o Capital, o Racismo e a violência" com a participação de Cristiane Faustino do Instituto Terra Mar, Gema Galgani e Dolores Mota ambas Professoras da UFC, e Lourdes Vicente militante do MST para facilitar os diálogos entre mulheres.

Às 11h haverá um almoço com comidas típicas/regionais (peixada, peixe frito, caranguejo, baião e salada) e música ao vivo com a participação de cantores/as populares, com encerramento previsto para as 15h.

Incra recebe pauta de reivindicações do Movimento de Luta pela Terra no Maranhão. Site do INCRA, 14/11/2016.

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão atendeu, na sexta-feira (11), representantes do Movimento de Luta pela Terra (MLT) para receber e discutir a sua Pauta Estadual de Reivindicações. A reunião fez parte de uma Pauta Nacional do MLT, que reivindica ações em vários estados do país.

No Maranhão, o movimento solicita vistorias para fins de desapropriação em 16 imóveis rurais, localizados em oito municípios, entre eles: Bom Jardim, Fernando Falcão, Zé Doca, Tuntum e Montes Altos. De acordo com o representante da coordenação nacional do MLT, José Maria Silva de Souza, alguns desses imóveis encontram-se em clima de conflito entre agricultores e proprietários nos municípios de Grajaú e Fernando Falcão.

Durante as discussões da pauta, o Incra/MA informou que duas áreas reivindicadas pelo MLT já estão com vistorias executadas. “Já havíamos autorizado, anteriormente, a vistoria nos imóveis São Benedito I (no município de Monção) e São Benedito II (em Tuntum), cujos trabalhos estão em fase de elaboração dos laudos de vistorias”, informou o superintendente regional do Incra/MA, George de Melo Aragão.

Entre os encaminhamentos para atendimento das reivindicações, foi acertado que a autarquia deve iniciar em dezembro a vistoria de imóveis rurais nos municípios de Bom Jardim e Fernando Falcão. As vistorias das demais áreas pleiteadas serão atendidas em 2017.

O representante da coordenação nacional do MLT disse estar satisfeito pela forma como a superintendência recepcionou o movimento e falou sobre as reivindicações. “As vistorias solicitadas visam a desapropriação de 16 imóveis, que compreendem cerca de 800 mil hectares no Maranhão, onde mais de 20 mil famílias serão beneficiadas”, afirmou José Mário Souza.

Comissão de Combate à Violência no Campo pede proteção a servidor do Incra e agricultores no Pará. Site do INCRA, 14/11/2016.

A Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo (CNCVC) recebeu, durante as reuniões realizadas em Belém de terça (8) a sexta-feira(11), pedido para solicitar junto à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (Sejudh) a inclusão do chefe da unidade avançada do Incra em Paragominas (PA) e de quatro trabalhadores rurais do Nordeste do

Pará em seu Programa Estadual de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. Além do pedido de proteção a Comissão recebeu plano do Incra em Belém para revisão ocupacional de lotes em assentamentos em Ipixuna e denúncias contra comunidade quilombola em Marajó.

O pedido de proteção ao gestor do Incra em Paragominas e região, Raimundo Gavinho da Cruz, ocorreu após ameaças de morte em conflito envolvendo ocupação irregular e retomada de lotes em assentamentos localizados no município de Ipixuna (PA). A Comissão destacou o caso de Ipixuna, pela “iminência de desfecho trágico” entre outras dezenas de denúncias de violência e arbitrariedades.

De acordo com gestor da unidade avançada do Incra, as ameaças são referentes ao fazendeiro Carlito Alexandre Correia e seus dois filhos. Segundo Gavinho, o fazendeiro e seus filhos ocupam irregularmente 21 lotes do projeto de assentamento União, em Ipixuna do Pará. Já o fazendeiro alega ser proprietário há dez anos de imóvel denominado Fazenda São Pedro, localizada dentro do assentamento.

Histórico

Em 13 de agosto de 2016, o dito fazendeiro agrediu com um facão a trabalhadora rural sem-terra Maria Edileuza, e, de acordo com depoimentos, um dos seus filhos tentou matar a tiros o sem-terra Valcir Freitas. Os trabalhadores fazem parte de famílias que se encontravam acampadas no projeto de assentamento, com autorização do Incra, à espera de lotes para serem assentados.

Após a tentativa de homicídio, as famílias procuraram refúgio em casas de parentes e amigos no município de Ipixuna. A Polícia Civil do Pará abriu inquérito policial para apurar a tentativa de assassinato e informou que o resultado da diligência feita na dita fazenda São Pedro para apreensão de armas de fogo já foi enviado à Justiça.

Carlito pediu também a reintegração de posse de sua suposta fazenda e foi atendido pela Vara Única de Ipixuna. Já o promotor de justiça agrário de Castanhal, Luís da Luz Quadros, anunciou que vai requerer que o processo de reintegração de posse da Fazenda São Pedro siga para a Vara Agrária de Castanhal, “instância competente para processar e julgar conflitos agrários coletivos, como é o caso em questão”, ressaltou o promotor.

Diante da gravidade dos relatos feitos à Comissão, a representante da Ordem dos Advogados no Pará (OAB-PA) na Comissão, Amélia de Oliveira, propôs que o gestor do

Incra e os trabalhadores ameaçados de morte sejam incluídos no programa estadual de proteção.

Supervisão de lotes

Durante a comissão a superintendente substituta do Incra em Belém, Edila Monteiro, apresentou plano de supervisão ocupacional irregular nos assentamentos União, Bacabal Progresso e João Batista, em Ipixuna. De acordo com Edila a medida vai proporcionar a retomada judicial das parcelas além de assentar 180 famílias dispersas no município.

Para a gestora do Incra em Belém, a identificação e retomada de lotes ocupados irregularmente é uma das medidas necessárias para solucionar diversos casos de conflitos agrários relatados nas reuniões. Para efetuar a medida foi pedido ao presidente da Comissão, desembargador Gercino Filho, que faça gestão junto ao gabinete do Incra para descentralização em Brasília dos recursos e o apoio da Polícia Federal.

Violência contra quilombolas

Violência e arbitrariedade contra comunidades quilombolas e extrativistas também fizeram parte da pauta das reuniões da Comissão. Foram denunciadas intimidações e ações violentas contra a comunidade Quilombola de Gurupá, em Cachoeira do Arari. De acordo com a denúncia averiguou-se ação de milícia armada, supostamente a mando do fazendeiro Liberato de Castro, que se apresenta como proprietário de um imóvel localizado dentro do território quilombola na região do Marajó.

A titulação definitiva do território, de 10.016 ha, já reconhecido por decreto presidencial, depende agora da retirada de posseiros não quilombolas, mediante desapropriação, dentre eles o referido fazendeiro. O conflito entre Liberato e a comunidade dura há anos e já resultou em duas mortes de quilombolas, conforme relato feito à Comissão. As lideranças quilombolas solicitaram a agilização no processo de desapropriação dos imóveis para que se faça a titulação definitiva do território, pondo fim ao conflito fundiário e a extração ilegal de madeira e areia, crimes ambientais praticados pelos posseiros não quilombolas.

Em resposta, técnicos do Serviço Quilombola do Incra, setor responsável pela regularização fundiária de áreas quilombolas, apresentaram um projeto-piloto envolvendo a Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU-PA), o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para identificar definitivamente as áreas de domínio da União, a fim de proceder a desapropriação dessas

áreas. Em dezembro, a equipe técnica interdisciplinar, com apoio da Polícia Ambiental do Pará, irá a campo para dar continuidade ao trabalho de identificação das áreas.

Metodologia

O técnico do serviço Quilombola da SR-01, Petrônio Medeiros, esclareceu que a metodologia desenvolvida pela equipe será útil na resolução de outros casos de conflitos envolvendo comunidades tradicionais, extrativistas e ribeirinhas em áreas de domínio da União. O projeto poderá ganhar força com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre as instituições federais.

Comunidades quilombolas do Pará temem impactos da Ferrovia Norte-Sul. Lilian Campelo. Site do MST, 16/11/2016.

O empreendimento faz parte de um projeto do governo federal que visa ligar os estados do Rio Grande do Sul e do Pará

Um pé de piquiá define os limites entre as comunidades quilombolas África e Laranjituba, localizadas no município de Abaetetuba (PA). Lá, os caminhos são pavimentados pelo cacau caído no chão direto do pé, as crianças correm livremente, os pássaros que se abrigam na floresta também circulam pelas comunidades e as águas geladas e transparentes dos igarapés são apreciadas pelos moradores da região. Esse cenário, entretanto, está situado no trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS) que liga Açailândia (MA) a Barcarena (PA), e corre o risco de desaparecer.

O empreendimento, que teve início na década de 1980 e tem a ambição de ligar o Pará ao Rio Grande do Sul, é gerenciado pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública é vinculada ao Ministério dos Transportes, que também gerencia a exploração da infraestrutura ferroviária.

Ela publicou, em 2012, um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) em que consta sugestões de alternativas de traçados que ligará o Maranhão ao Pará. Nele, há um diagnóstico ambiental e os possíveis impactos na região pela implantação do empreendimento. Segundo o documento, a malha ferroviária será de 477 quilômetros, a ser usada para o escoamento da soja e do minério produzido na região até

o porto da Vila do Conde, em Barcarena (PA), passando sobre terras de comunidades quilombolas, indígenas e agricultores rurais.

Até agora, a única fonte de informações que a comunidade têm sobre a ferrovia é o site da empresa. Magno Nascimento, que é morador de Laranjituba desde criança e conhece bem o território, comparou os mapas que constam no EVTEA com o mapa dos limites das comunidades e constatou que elas estão bem no centro de onde passará a ferrovia.

Os moradores das comunidades estão apreensivos com as consequências da obra. "Se alguém fala: 'olha já liberaram o recurso pra construção', ou alguém do Moju [município próximo] liga: 'olha tão contratando gente pra abrir a ferrovia', a gente nem consegue dormir", afirma Luís Augusto, presidente da Associação Quilombola África e Laranjituba.

Ele visitou o território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado em Itapecuru Mirim (MA), e conheceu de perto os impactos causados por uma ferrovia da Vale S.A, que corta o território. Ele relata que ouviu depoimentos que o deixaram impressionado.

"Eles viviam como a gente, mas, depois que chegou a ferrovia, isso mudou. Acabaram os igarapés, os peixes, a mata, o sossego. E a gente tem uma preocupação grande com um castanhal que preservamos há muito tempo, do qual muitas famílias sobrevivem", afirma Augusto.

Nas duas comunidades quilombolas, a principal atividade econômica é o agroextrativismo, aliança entre agricultura familiar, cultivo de árvores frutíferas, pesca, coleta de sementes e frutos (como a castanha do Pará e o açaí). Alguns moradores produzem farinha de mandioca e panelas de barro, e, nos quintais, a criação de pequenos animais soltos também incrementa a renda.

Nascido na comunidade, Augusto morou em Belém por três anos para estudar, mas não se adaptou ao ritmo urbano e logo voltou para a comunidade. Atualmente, ele produz farinha para o próprio consumo e vende açaí por rasa, um cesto de palha confeccionado pelos próprios moradores que serve como medida e equivale a duas latas de 14 quilos. Ele afirma que, em época de boa colheita, consegue tirar R\$ 2 mil por dia.

Principal corredor de exportação

Com a expansão do agronegócio na Amazônia, o chamado Arco Norte (que abrange Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e o Maranhão) se tornará a principal via de escoamento para a exportação de grãos e minérios.

De acordo com o relatório de mercado da empresa, o principal corredor de exportação brasileiro será o centro da região Norte-Nordeste, “mas a capacidade de embarque de grãos em São Luís está estagnada em 2 milhões de toneladas por ano há 18 anos, e a de Belém é zero”. Por isso, a expectativa é que haja investimentos na região para superar essas limitações.

Guilherme Carvalho, coordenador da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) Programa Amazônia, explica que os portos de Santos, em São Paulo, e o de Paranaguá, no Paraná, encontram-se congestionados e longe dos principais estados de produção de grãos, tornando o preço do produto nada atraente para o mercado externo. Neste cenário, a alternativa encontrada foi a Amazônia.

“Transportar pela nossa região é muito mais barato porque ela está mais perto da Europa, dos Estados Unidos e do canal do Panamá, que dá acesso à China e Japão. É mais rápido e mais barato”.

O relatório da Valec produzido em 2012 aponta que, atualmente, o Brasil é o segundo país que mais consegue suprir os mercados internacionais de exportações do agronegócio, e estima que entre cinco e dez anos consiga ultrapassar os EUA, pois já esgotaram “fronteira de produção”. A Amazônia atualmente é considerada a última fronteira agrícola do Brasil.

Para atender ao mercado, um plano de transporte multimodal que interliga diferentes meios como hidrovias, rodovias, ferrovias e portos vêm ganhado força. O Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), de 2009, recomendou investimentos até 2023. A rede logística tem o objetivo de conectar toda a Amazônia com os principais mercados consumidores, e a ferrovia Norte- Sul faz parte do plano.

Em um tom alarmante, Carvalho informa que a região está vivendo um processo de saque em grande escala dos recursos naturais, e que a tendência é que aumentem os conflitos no baixo Tocantins no Pará, região considerada estratégica por ser próximo ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

Outro lado

Em nota, a Valec afirma que o EVTEA é tem caráter preliminar e apenas elabora uma diretriz de traçado para a ferrovia. O traçado propriamente dito será determinado por estudos posteriores, como o Projeto Básico de Engenharia e o Projeto Executivo.

O Estudo de Impactos Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ainda não foram realizados para este trecho específico, mas, segundo a empresa, um futuro EIA/RIMA contemplará em detalhes cada uma das comunidades quilombolas.

A empresa é responsável pela construção e exploração de infraestrutura ferroviária e realizou os estudos do trecho, mas, segundo a assessoria, a Valec não está mais responsável pela ferrovia Açailândia-Barcarena – a responsabilidade, agora, é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A ANTT não respondeu aos questionamentos sobre o caso até a publicação desta reportagem.

Feira da Reforma Agrária chega ao centro do Rio com produtos saudáveis. Site do MST, 16/11/2016.

Desde 2015, a Lei 59999, de iniciativa do deputado Renato Cinco, “reconhece como de interesse Cultural e Social para o Rio de Janeiro a Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes”

Entre os dias 05, 06 e 07 de dezembro será realizada a VIII Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, no Largo da Carioca, no Centro do Rio de Janeiro.

Este é um evento de exposição e comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa dos Assentamentos da Reforma Agrária, realizado pelo MST em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Durante os três dias serão comercializadas mais de 100 toneladas de alimentos, com inúmeros produtos oriundos de assentamentos da Reforma Agrária no estado.

Segundo a coordenação do Movimento, “a diversidade dos alimentos oferecidos surpreende os que passam pela Feira: quantas vezes pensamos nas outras possibilidades de arroz para além do branco?”

A feira traz vários tipos de arroz, suco de uva integral, frutas, polpas de frutas, feijão vermelho e de corda, sucos, legumes, verduras, produtos derivados de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura), ervas medicinais, fitoterápicos e fitocosméticos.

Assentados e assentadas organizados em cooperativas, associações e grupos coletivos de todo o estado estarão presentes no evento. A estimativa é que cerca de 120 agricultores do Rio de Janeiro e representantes dos demais estados do Sudeste do Brasil estejam presentes e divulguem suas produções in natura e industrializadas pelas cooperativas da Reforma Agrária.

A agroecologia é um dos princípios do movimento, por isso, parte da produção que vem dos assentamentos são agroecológicos. O trabalho é construído na perspectiva de que os assentamentos do Movimento façam a transição completa da agricultura convencional para a agroecológica, compreendendo que a agroecologia visa, sobretudo, garantir a segurança e a soberania alimentar dos agricultores e da sociedade.

Além disso, a programação estará recheada de shows, intervenções culturais, seminários e oficinas que abordarão temas como a questão dos Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana, Soberania Alimentar, a produção de Fitoterápicos e Fitocosméticos, entre outros.

História da Feira

Em 2013, a Feira da Reforma Agrária no Rio de Janeiro foi batizada com o nome de Cícero Guedes como uma homenagem ao agricultor e militante do MST, assassinado por pistoleiros no dia 25 de janeiro do mesmo ano, nas proximidades da Usina Cambahyba, no Município de Campos dos Goytacazes.

Além de ter sido uma grande liderança na luta pela Reforma Agrária, Cícero Guedes era uma referência em conhecimento agroecológico, por conta das técnicas agrícolas sustentáveis que utilizava em seu lote no Assentamento Zumbi dos Palmares. Foi também um importante colaborador de vários projetos de pesquisa e de extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

No ano de 2015, a Lei 59999/2015, de iniciativa do deputado Renato Cinco, “reconhece como de interesse Cultural e Social para o Rio de Janeiro a Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes”. E desde então, a feira se tornou um evento oficial do município do Rio de Janeiro.

MATOPIBA: conflitos, resistências e novas dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil. Site da CONTAG, 16/11/2016.

O Seminário é organizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que tem como lema “Sem Cerrado. Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, já que 90% dos municípios afetados pelo projeto do MATOPIBA estão na região do Cerrado. O objetivo do Seminário “é estudar, debater e traçar os próximos passos a serem adotados para barrar esse projeto de expansão do Agronegócio que é o MATOPIBA”, explica Isolete Wichinieski da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Clóvis Cerdas, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (GEMAP/UFRRJ), fez um panorama histórico da ocupação do Cerrado. Trouxe a evolução das Fronteiras Agrícolas no Brasil a partir dos anos 1960, explicando as fases dessa expansão, o período em que eles aconteceram e os principais programas governamentais que influenciaram nessa expansão.

Segundo Clóvis, “esses programas deram tão certo que serviram de modelo para a integração entre Brasil, Japão e Moçambique, gerando o Pró-Savana, pois a vegetação é bem parecida com o Cerrado brasileiro”. Segundo ele “rever as experiências ajuda muito a ver o que queremos e dar os próximos passos”.

Geraldo Cerdas, professor e pesquisador da ActionAid e GEMAP/UFRRJ, falou sobre as Estratégias de Conquista do Cerrado brasileiro pelo Capital: perfil da produção e dos investimentos em infraestrutura no período recente. Segundo ele, “a expansão da fronteira do Agronegócio ainda continua sendo central e quem está investindo no MATOPIBA é um conjunto de Capitais: Financeiro; Mineração; Energia Elétrica; e, o Agronegócio acelerando muito a produção, os principais produtos são soja, arroz, milho, algodão e cana de açúcar, onde já podemos ver qual é objetivo do MATOPIBA”.

A apropriação do Cerrado pelo Capital é a estrangeirização das terras nessa região. Uma das fronteiras de expiação é o Hidronegócio, desde indo de grandes barragens à pequenos projetos, vai haver uma espécie de proliferação, 367 são os projetos já em operação, construção, em fase de projeto e eixo disponíveis, em apenas dois Estados Goiás e Mato

Grosso, explica Geraldo. Obras nos eixos Ferro, Rod e Hidroviário também estão sendo traçado para interferir nessa região para priorizar a expansão do capital, explica o professor. Os povos atingidos pelo MATOPIBA não têm conseguido reagir as intervenções pela larga escala de sua implantação. Todos estes investimentos estão sendo construído como se o Cerrado fosse vazio, todos os povos estão sendo ignorando”.

Naoko Watanabe do Centro Voluntário internacional do Japão, traz qual é interesse Geopolítico e Capitalista do Japão nos programas de Pro-Savana e MATOPIBA. Uma das “estratégias é sanar a baixa produção nacional, promover a entrada das empresas nacionais em outros países é montar sua cadeia de commodities. O Japão é muito bom em construir infraestruturas nos outros países, mas o que está por traz é isso”, explica Naoko que trabalha com camponeses no país.

Em 2009 o nosso governo japonês criou um programa de expansão visando em especial a soja na América Latina e em Moçambique, isso explica porque o Japão tem interessa no MATOPIBA e no Pró-Savana, com o objetivo de assegurar a alimentação domestica do Japão e mundial que vem como espécie de segurança das empresas do Japão, explica Naoko. “Essa estratégia não é nova, está sendo executada a pelo menos 100 anos”, explica Naoko. Ela compara ainda a expansão do Japão nos países da Ásia durante a II Guerra Mundial com o que está sendo feito hoje no MATOPIBA, explorando os recursos e exportando. “O que eles dizem é que todos os programas e medidas são para acabar com a fome e o desenvolvimento, o que acontece é ao contrário. Assim como no Brasil o Japão está modificando suas leis de terras permitindo o avanço das empresas” concluir Naoko.

A programação do Seminário ainda irá contemplar: A troca de experiências de lutas de resistência nos estados e em Moçambique; Entre a vida e o capital: ameaças à terra e ao território no Cerrado brasileiro; O respeito aos modos de vida e a produção de alimentos saudáveis: soberania alimentar e a ameaça do uso intensivo de agrotóxicos; e, Cerrado, o Berço das águas: agronegócio, disputas pela água e o papel da Campanha em Defesa do Cerrado.

Incra, Interpi e Banco Mundial vão atuar na regularização fundiária no Piauí. Site do INCRA, 17/11/2016.

A Superintendência Regional do Incra/PI e o Instituto de Terras do Piauí (Interpi) vão ampliar a parceria que têm para desenvolver ação de regularização fundiária em 39 municípios, com recursos advindos da recente operação de crédito contratada pelo Governo do Estado junto ao Banco Mundial.

Representantes do Governo estadual e do Banco Mundial se reuniram, no último dia 3 de novembro, com a Superintendência Regional do Incra no Piauí para desenvolver ampliação de parceria nesta ação de regularização fundiária.

“Já temos um convênio com o Interpi, que vem dando bons resultados na área de regularização fundiária. Nossa equipe técnica está a disposição para continuar trabalhado em parceria e, desta forma, cumprimos nossa missão institucional de atender as demandas da agricultura familiar por titulação. Assim como realizarmos o trabalho que for necessário para atendimento das reivindicações de comunidades quilombolas por regularização”, afirma Howzembergson de Brito Lima, superintendente regional do Incra/PI.

De acordo com Regina Lourdes, da diretoria do Interpi, a ação é voltada para atender a agricultura familiar, sendo que a participação do Incra será de grande importância nessa ação. “O Incra tem uma boa experiência com a questão da regularização fundiária e já vem contribuindo com a titulação de áreas quilombolas. A continuação desta parceria é importante para alcançarmos as nossas metas de atender 5.983 famílias e três comunidades quilombolas”, afirmou.

O especialista em Gestão Fundiária do Banco Mundial, Camille Bourguignon, ressaltou a importância da parceria entre Incra e Interpi. “A partir do trabalho conjunto das equipes técnicas do Interpi e do Incra será feita a titulação de terras que atenderá principalmente a agricultura familiar. O conjunto de informações que o Incra dispõe sobre a malha fundiária no estado vai acelerar este processo”, disse.

Para dar prosseguimento à parceria, as equipes técnicas do Interpi e Incra construirão um plano de trabalho para desenvolver as atividades de regularização fundiária nos municípios a serem contemplados com a ação.

Incra/RN avança na regularização da comunidade Quilombola Pavilhão. Site do INCRA, 17/11/2016.

O processo de regularização do território da Comunidade Quilombola Pavilhão, no município de Bom Jesus, no Rio Grande do Norte, deu um importante passo com a publicação de portaria que reconhece e declara como terras da comunidade a área de aproximadamente 52 hectares localizada na região do Agreste Potiguar. A Portaria nº 741 foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (16) - [acesse aqui](#).

De acordo com o antropólogo Thiago Barros, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/RN, a próxima etapa para a regularização do território da comunidade, formada por 23 famílias, é a publicação de Decreto Presidencial, que autoriza a desapropriação por interesse social do único imóvel pertencente a particular existente no território, com os consequentes trabalhos de avaliação e ajuizamento de ação judicial visando a obtenção das terras. Após a imissão de posse em favor do Incra da área desapropriada, a comunidade receberá um título de propriedade coletivo.

No Rio Grande do Norte, existem cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com estudo da Fundação Cultural Palmares (FCP). Destas, 22 se autoreconheceram como tal. Atualmente, 19 comunidades quilombolas encontram-se com ação em tramitação no Incra/RN para o processo de reconhecimento, demarcação e regularização de seus territórios.

Historico da comunidade

O trabalho de campo para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) identificou várias tradições mantidas há gerações pelas famílias remanescentes, segundo Barros.

A história da comunidade Pavilhão, localizada a 46 quilômetros da capital, começa no século XIX, na região de engenhos do vizinho município de Macaíba. A comunidade derivou-se da Comunidade Quilombola de Capoeiras, localizada em Macaíba e composta por cerca de 300 famílias, com a qual tem forte relação de parentesco e compartilha a manifestação cultural afrobrasileira "Dança do Pau Furado".

Atualmente, as famílias de Pavilhão possuem pequenas plantações nos arredores das casas, onde são cultivados principalmente feijão, milho, mandioca e jerimum para consumo familiar e ainda palma para a alimentação de bois e de ovelhas.

Etapas realizadas

O resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade foi publicado no Diário Oficial da União em fevereiro de 2015. O RTID é composto pelo Relatório Antropológico, que aponta os aspectos históricos e socioculturais da comunidade e é a peça técnica principal para o início da regularização dos territórios remanescentes de quilombos, pelo Laudo Agrônômico e pelo Memorial Descritivo da área.

Com a publicação do relatório no Diário Oficial da União, foram contatados outros órgãos, como o Iphan, o Ibama, a Secretaria do Patrimônio da União, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a Fundação Cultural Palmares e a Funai, a fim de se verificar a possibilidade de regularizar a área como território ocupado por remanescentes de comunidades de quilombo.

A planta e o memorial descritivo da área reconhecida como território da Comunidade Quilombola Pavilhão encontram-se disponíveis na Superintendência do Incra/RN e no Acervo Fundiário do Instituto, que pode ser acessado em <http://acervofundiario.incra.gov.br>.

A Regularização quilombola

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais. Para terem seus territórios regularizados, as comunidades devem encaminhar uma declaração se identificando como quilombolas à Fundação Cultural Palmares – que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento – e encaminhar ao Incra uma solicitação de abertura do processo de regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um relatório técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não-quilombolas por meio de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido título de propriedade coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Os títulos garantem a posse da terra, além do acesso a políticas públicas nas áreas de educação e saúde, bem como a financiamentos por meio de créditos específicos.

Incra reconhece território de comunidade quilombola em Óbidos (PA). Site do INCRA, 18/11/2016.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou como terras da comunidade remanescente de quilombos Nossa Senhora das Graças uma área de 576 hectares, situada no município de Óbidos (PA). A medida, assinada pelo presidente da autarquia, Leonardo Góes, foi publicada na edição da última quarta-feira (16) do Diário Oficial da União (DOU).

A portaria de reconhecimento de um território quilombola é competência da Presidência do Incra e cumpre mais uma etapa do processo administrativo de regularização fundiária.

Até então, a comunidade Nossa Senhora das Graças obteve a certificação da Fundação Cultural Palmares, a partir da qual o Incra iniciou a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O documento aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e perante a instituições públicas e privadas.

Concluído, aprovado e publicado o RTID, o processo seguiu para análise da Presidência do Incra, que fez publicar a portaria de reconhecimento.

A fase seguinte é encaminhar o processo à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a qual caberá a titulação. A SPU é o órgão gestor da área onde incide o território da comunidade Nossa Senhora das Graças.

Conheça, detalhadamente, todas as etapas do processo de regularização quilombola.

A comunidade

Nossa Senhora das Graças está localizada a Sudeste do município de Óbidos, à margem esquerda do rio Amazonas. Fica a 34 quilômetros da sede municipal. O acesso à comunidade é exclusivamente fluvial.

A comunidade está totalmente inserida no ambiente de várzea – a várzea do rio Amazonas é uma imensa planície fluvial que se forma entre este rio e a terra firme. Durante o período chuvoso, fica alagada por aproximadamente seis meses.

A população quilombola cadastrada pelo Incra é estimada em 50 famílias. A maior parte é composta por adultos na faixa dos 30 aos 64 anos de idade. A principal atividade é a pesca, seguida pela pecuária e a agricultura.

Incra finaliza dois relatórios de identificação de comunidades quilombolas na Bahia. Site do INCRA, 18/11/2016.

Com o Dia da Consciência Negra, que é celebrado em 20 de novembro, a Superintendência Regional do Incra na Bahia avança na regularização de territórios quilombolas com a finalização de mais dois Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que beneficiam 251 famílias remanescentes de quilombo.

Os dois relatórios devem ser publicados nos próximos 20 dias, para notificação dos proprietários e posseiros de imóveis rurais localizados na área dos territórios, que devem apresentar defesa e contestação. Além desses, outros 54 relatórios técnicos estão em andamento e existem 290 processos abertos de regularização fundiária de áreas quilombolas no estado. A regional baiana também já publicou outros 28 RTIDs.

Esses dois relatórios técnicos são dos territórios quilombolas Jibóia, onde vivem 224 famílias, situado no município de Antônio Gonçalves, e Barreiro do Rio Pardo, com 27 famílias, que fica no município de Vitória da Conquista.

“A publicação desses relatórios representa nosso engajamento na continuidade dessa política de reconhecimento dos direitos da população remanescentes de quilombo na Bahia”, ressalta o superintendente regional do Incra/BA, Hélder Almeida.

O RTID é o passo mais complexo para o cumprimento da titulação coletiva dos territórios quilombolas. O relatório reúne peças técnicas, relatório antropológico, plantas com

delimitação do território e aborda aspectos, agronômicos, ambientais, fundiário e geográfico.

Ações

Em 2016, o Incra/BA publicou o relatório técnico do Território Quilombola Porteiras, localizado em Entre Rios, onde residem 35 famílias. Além disso, foi publicada a portaria de reconhecimento do Território Quilombola Lagoa Santa, entre os municípios de Ituberá e Nilo Peçanha, que beneficia 35 famílias remanescentes de quilombo.

Durante o ano foi executada a medição individualizada de 37 áreas que compõem quatro territórios quilombolas e totalizam 11.754 hectares com a finalidade de elaboração de relatórios técnicos. Também foram concluídas as demarcações dos territórios quilombolas Rio dos Macacos, Dandá e Nova Batalhinha para fins de titulação coletiva.

Obtenção de terras

O Incra/BA também arrecadou terras públicas e obteve imóveis rurais. A comunidade Dandá, localizada em Simões Filho, por exemplo, necessita apenas de uma decisão judicial para que se dê início à titulação comunitária das 33 famílias.

Já o Território Quilombola Salamina Putumuju, no Recôncavo Baiano, teve imissão na posse parcial de 80% dos imóveis que integram o território onde residem 40 famílias. No município de Bom Jesus da Lapa, dez imóveis rurais que fazem parte do Território Quilombola Nova Batalhinha foram concedidos ao Incra/BA pela Justiça Federal.

A autarquia também já arrecadou terras públicas junto a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que concedeu cessão de uso de terras públicas federais para parte dos territórios quilombolas Parateca Pau D'Arco, localizado no município de Malhada; Nova Batalhinha Jatobá, que fica no município de Muquém do São Francisco; e Tabatinga, Jirau Grande, Guaraçu, Guerém, Baixão do Guai e Porto da Pedra, entre Maragogipe e Nazaré.

Incra e Sociedade Rural Brasileira debatem alterações no cadastro de imóveis rurais. Site do INCRA, 18/11/2016.

Incra e Sociedade Rural Brasileira (SRB) discutiram a construção de parceria para orientar os detentores de imóveis rurais em relação à regularização cadastral de propriedades e posses no País. Outro tema abordado foi a revisão dos normativos e procedimentos do cadastro rural, que estão sendo revisados pela autarquia com o objetivo de melhorar o controle fundiário e simplificar o fornecimento de informações por parte de produtores e agricultores familiares.

A reunião aconteceu na sede do Instituto, em Brasília (DF), dia 17 de novembro, com a participação do vice-presidente da SRB, Francisco de Godoy Bueno, dos diretores de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Papalardo Arantes, e de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos, Marcelo Afonso Silva, além do coordenador geral de Cadastro Rural, Paulo Aparecido Farinha.

Francisco Bueno destacou o interesse da Sociedade Rural Brasileira em apoiar ações e eventos que auxiliem os titulares de imóveis rurais em relação aos registros cadastral e imobiliário. Ele comentou que a iniciativa do Incra de aprimorar normativos e desburocratizar procedimentos da área promovem segurança jurídica no campo e beneficiam a sociedade. “Com o apoio da autarquia pretendemos orientar os produtores rurais sobre as alterações nas normas e como proceder com a regularização de suas áreas.”

Rogério Arantes explicou que o Incra está revendo os normativos e procedimentos relativos ao cadastro de imóveis rurais, com o objetivo de simplificar processos e qualificar o controle de informações das áreas no país. Ele salientou que o debate com a SBR e outras entidades contribui para melhorar a prestação de serviços aos produtores e para qualificar o cadastro brasileiro com a padronização de dados fundiário, tributário e imobiliário.

Paulo Farinha relatou que foram realizados três encontros este ano - em Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) - para discutir internamente a revisão de normativos institucionais. Ele enfatizou as iniciativas adotadas nos últimos anos de emissão do Certificado de Cadastro Imóvel Rural (CCIR) e de atualização por meio da Declaração para Cadastro Rural de forma eletrônica com o objetivo de facilitar a vida de produtores e agricultores. “A modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) representou passo importante para aprimorar o cadastro fundiário brasileiro”, falou.

Integração

Arantes informou ainda que o Incra e a Secretaria da Receita Federal estão avançando na integração dos sistemas fundiário e tributário, com a implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR). O assunto será tema de reunião entre as instituições e a Sociedade Rural Brasileira, dia 22 de novembro, na capital federal.

Na Declaração do Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural dos exercícios de 2015 e 2016, os titulares de imóveis rurais foram notificados da necessidade de atualizar os dados de sua área e de vincular os cadastros do Incra e da Receita Federal por meio da Declaração para Cadastro Rural - [acesse aqui](#). A medida vai garantir a implantação do CNIR.

Marcelo Afonso destacou também a importância do cadastro de imóveis rurais para a gestão do território brasileiro. “O país que conhece sua malha fundiária, exerce controle sobre o território, evita fraudes e conflitos no campo.” Ele lembrou os benefícios que a implantação do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) garantem ao país com a certificação eletrônica do georreferenciamento de imóveis rurais.

Grupo de trabalho

A partir de 28 de novembro, os membros do grupo do trabalho instituído pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária para revisar os normativos do cadastro de imóveis rurais reúnem-se em Brasília (DF) para concluir a proposta de alteração e aperfeiçoamento desses atos.

As mudanças devem ser apresentadas às entidades representativas do meio rural para debate e avaliação, antes do encaminhamento de minutas das novas normas para análise da Procuradoria Federal Especializada (PFE) junto ao Incra. Os atos aprovados e as orientações serão divulgados no início do próximo ano.

Ceará: Incra reconhece comunidades quilombolas em Novo Oriente e Caucaia. Site do INCRA, 18/11/2016.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária publicou na última quarta-feira (16) portarias de reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas de

Minador, localizado nos municípios cearense de Novo Oriente, e de Boqueirão da Arara, em Caucaia - [acesse aqui](#). A publicação das portarias reconhece em definitivo o direito das duas comunidades à posse de suas terras. As áreas reúnem um total de 145 famílias remanescentes de quilombos.

Em Novo Oriente o Incra reconhece e declara como terras da comunidade remanescente de quilombo Minador, uma área de 1.886 hectares do município, localizado na região de Crateús, a 397 km de Fortaleza. A regularização do território irá beneficiar a comunidade, formada por 56 famílias remanescentes de quilombos, com a posse definitiva de sua terra.

Já em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, são 718,5 hectares reconhecidos e declarados como área do território quilombola de Boqueirão da Arara, onde 89 famílias serão beneficiadas com a regularização definitiva do território.

Regularização

A publicação das portarias encerra a fase de análise e julgamento de contestações acerca de estudos reunidos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) das duas comunidades. O documento reúne estudo antropológico, peça cartográfica com definição do tamanho do território e seus limites, outra agrônômica sobre as potencialidades agrícolas da área, além do cadastro das famílias e a cadeia dominial dos imóveis situados na área do território.

Próximos passos

Os próximos passos para regularização dos territórios são a publicação de Decretos Presidenciais declarando as áreas de interesse social para criação dos territórios. Em seguida, as áreas existentes nos territórios serão avaliados para desapropriação. Concluída a fase de desapropriações, a comunidade recebe o título de propriedade coletivo de suas terras.

Incra se reúne com lideranças em encontro de quilombolas em Curitiba (PR). Site do INCRA, 18/11/2016.

A superintendência do Incra no Paraná (Incra/PR) participou nesta sexta-feira (18) do 2º Encontro Estadual de Lideranças Quilombolas do Paraná. O encontro foi realizado pela

Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui-PR), no Hotel Estação Express, em Curitiba (PR) e reuniu cerca de cem lideranças de comunidades tradicionais no Estado.

O encontro contou com a presença de lideranças de 37 comunidades quilombolas do estado. Segundo Ana Maria Santos da Cruz, presidente da Fecoqui, o objetivo do evento foi reunir as lideranças para compartilhar informações sobre as comunidades. “Queremos saber se as políticas públicas estão chegando nos territórios”, diz.

Em relação ao Incra, a presidente afirma que as comunidades estão com expectativas positivas em relação à regularização dos territórios. “Esperamos que os processos que estão emperrados sejam agilizados, nós quilombolas sempre temos muita esperança”, concluiu.

Para saber mais sobre a regularização dos territórios as lideranças se reuniram, na tarde da quinta-feira (17) com servidores do Incra/PR no auditório da superintendência em Curitiba. A servidora Juliane Sandri e os superintendentes Wagner Barroso e Cléria Figueredo receberam cerca de cem representantes de lideranças de comunidades quilombolas do Paraná, que trouxeram demandas relacionadas à regularização fundiária dos territórios.

Reunião em Brasília

Esta semana os servidores Juliana Calábria e Eber Santos estiveram no Incra Sede, em Brasília, para participar de uma reunião junto à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, com a participação do diretor Rogério Papalardo Arantes e da coordenadora-geral de Regularização de Territórios Quilombolas Isabelle Allini Lopes Picelli.

Na pauta, discutiu-se a aprovação de dois Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que estão concluídos: das comunidades Varzeão, situada nos municípios de Doutor Ulisses e Sengés, e Serra do Apon, nos municípios de Castro e Doutor Ulisses. Além disso, tratativas sobre a comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, no município de Palmas, cujo RTID está em fase de conclusão. “Pela complexidade do território, esta é uma comunidade que mereceu uma discussão especial junto à diretoria”, esclareceu Juliana.

Incra/TO conclui relatório de identificação da comunidade quilombola Lajeado. Site do INCRA, 18/11/2016.

O Incra publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (17) o edital de conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das terras da comunidade remanescente de quilombo Lajeado, localizada no município tocaninense de Dianópolis. O território indicado ocupa uma área de 2,3 mil hectares, onde vivem 14 famílias.

O prazo para eventuais contestações ao RTID é de 90 dias, a contar da última publicação do edital nos diários oficiais da União e do Estado do Tocantins. As manifestações de possíveis detentores de imóveis abrangidos pelo perímetro descrito, demais ocupantes, confinantes e terceiros interessados devem ser encaminhadas, acompanhadas das provas pertinentes, à sede da Superintendência Regional do Incra no Tocantins, em Palmas, onde também pode ser consultado o processo que contém o relatório.

“Caso as contestações sejam negadas, é possível entrar com recursos aqui e em Brasília, a segunda instância”, explica o chefe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra no Tocantins, Antônio Carneiro de Pádua. Se as decisões contrárias forem ratificadas, o presidente do Incra reconhece o território delimitado por meio de portaria e, em seguida, a Presidência da República publica o decreto que autoriza a desapropriação dos imóveis envolvidos.

Já o provimento dos recursos implica em nova publicação do edital no Diário Oficial da União e do estado, dando sequência ao processo administrativo, que culmina – após a desapropriação e pagamento das indenizações aos particulares – na concessão do título, que é coletivo e sem custos para a comunidade.

Estudos

A elaboração do RTID, que reúne informações sobre a história da comunidade e a área do território, é uma das etapas mais complexas do processo de regularização. Elaborado por uma equipe multidisciplinar, o documento contém informações históricas, cartográficas, fundiárias, agrônômicas e ambientais, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas.

Os estudos realizados na comunidade Lajeado – distante 327 quilômetros de Palmas e 48 quilômetros da sede do município de Dianópolis – apontaram que a ocupação do território ocorreu em meados do século XIX. Na década de 1970, com o desenvolvimento da

agropecuária na região, houve a expansão dos limites de propriedades vizinhas sobre a área.

De lá para cá, os moradores de Lajeado vêm buscando o reconhecimento do território. O processo de regularização fundiária foi aberto no Incra em 2005, mas somente em 2014 foi possível avançar com os trabalhos na localidade.

A atividade produtiva na comunidade gira em torno de cultivo para consumo próprio (arroz, milho, mandioca e feijão), além da produção de farinha, vendida para complemento de renda, e criação de pequenos animais, consumidos pelos moradores e também comercializados.

Em Tocantins, outros três processos de regularização estão na fase de elaboração do RTID. A expectativa, segundo Antônio de Pádua, é a de publicá-los no decorrer do próximo ano. Ao todo, 33 processos estão abertos na superintendência regional.

Dia da Consciência Negra: Incra entrega título para quilombolas em Alagoas. Site do INCRA, 18/11/2016.

Para celebrar o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, o Incra promove a entrega de título definitivo de domínio para a comunidade remanescente de quilombo Tabacaria, em Alagoas.

A titulação vai assegurar 399 hectares para 89 famílias da comunidade, localizada no município de Palmeiras do Índio. Este será o primeiro território titulado no estado, que possui 67 comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A entrega do documento para os representantes da comunidade Tabacaria será durante evento promovido pela Fundação Cultural Palmares, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares.

O ato será neste domingo (20), às 11 horas, com a participação dos seguintes representantes do Incra: o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Isabelle Picelli, e o superintendente regional de Alagoas, Alberto Nascimento.

De acordo com Amaro Teles Filho, presidente da associação que congrega as famílias de Tabacaria, “a titulação vai abrir novas portas e atrair mais olhares da sociedade e do

governo para a comunidade”. Ele explica que a imissão na posse dos imóveis rurais ao Incra, já garantiu segurança para os remanescentes do quilombo. “O título na mão é tudo, é tudo para nós”, argumenta.

Segundo o engenheiro agrônomo Elias de Medeiros Lima Júnior, do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/AL, a titulação traz muitos benefícios para as famílias, “como o acesso a novas políticas públicas”. Exemplo disso é a construção de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Cinquenta famílias já estão com suas moradias em construção. Depois, será a vez das outras 39. Outros serviços, como saúde e água tratada, também serão acessados.

Programação

A programação organizada pela Fundação Cultural Palmares inclui a realização de ações culturais, como exposições, ciclos de palestras, lançamentos de romances afro-brasileiros, sessões de cinema e feira de produtos quilombolas. As atividades acontecem na capital Maceió e na cidade de União dos Palmares.

Conselho da Magistratura do TJ-BA combate a maior grilagem de terras no Brasil. Site do INCRA, 21/11/2016.

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça da Bahia concentra esforços no sentido de combater um gigantesco esquema de grilagem de terras no oeste do estado. Em um de seus atos no ano passado, o órgão determinou o cancelamento de matrículas e registros de 336 imóveis oriundos da Fazenda São José, na comarca do município de Formosa do Rio Preto. A apuração de novas possíveis irregularidades prossegue, com o objetivo de desarticular grupos especializados em fraudar documentos e obter, de forma ilegal, a posse de grandes áreas na região.

O estorno determinado pelo órgão do Tribunal de Justiça da Bahia se refere a 336 imóveis. Isto ocorre porque as propriedades são oriundas das matrículas 726 e 727, que estavam sobrepostas aos limites da Fazenda São José (matrícula 1037).

A grilagem da área foi descoberta a partir da análise do inventário de Suzano Ribeiro de Souza, aberto em 1978. Os grileiros anexaram ao processo uma certidão de óbito

falsificada e pediram o reconhecimento de apenas um herdeiro. A partir do inventário fraudulento, os grileiros iniciaram a venda de terrenos que integravam a Fazenda São José.

A disputa entre os verdadeiros herdeiros e os fraudadores chegou aos tribunais. Em 2007, a Justiça reconheceu a nulidade do inventário. No ano seguinte, a então corregedora geral de Justiça, desembargadora Telma Britto, editou portaria e revogou a decisão. O processo percorreu um longo caminho até chegar ao Conselho da Magistratura. O órgão do Tribunal de Justiça da Bahia analisou o caso e reconheceu a nulidade do inventário. A decisão representou duro golpe em um dos grupos de grilagem mais articulados no estado. A determinação de cancelar matrículas e registros dos imóveis oriundos da Fazenda São José chamou a atenção da sociedade para o problema da grilagem de terras no oeste do estado.

Os detentores de registros e matrículas canceladas já foram comunicados da decisão do Conselho de Magistratura. São eles: Getúlio Vargas Gomes da Fonseca, Getúlio Vargas Gomes da Fonseca Filho, Getúlio Cardoso Reis, Luís Rosas Filho, Nelson José Vigolo (proprietário da Bom Jesus Agropecuária), Vicente Toyoko Okamoto, Mário Eduardo Mignot e Paulo Augusto Piazzon Proprietário do Sul Empreendimentos Imobiliários).

Livro Branco da Grilagem de Terras

A decisão do Conselho da Magistratura do TJ-BA levou o Incra a atualizar o levantamento efetuado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso sobre a ação de grileiros no país. O documento, intitulado “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil”, passará por revisão e incluirá dados relativos aos últimos 12 anos.

De acordo com o presidente da autarquia, Leonardo Góes, a atualização das informações sobre a grilagem de terras no país beneficia toda a sociedade. “A ação dos grileiros causa imensos prejuízos não só ao Estado, mas também à sociedade. Ao atualizarmos o levantamento, o Incra colaborará com o combate à grilagem”, ressalta Góes.

Alagoas: Incra titula terras de comunidade remanescente do Quilombo de Palmares.
Site do INCRA, 21/11/2016.

Representantes da primeira comunidade remanescente de quilombos a ser titulada em Alagoas receberam o documento das mãos do superintendente do Incra, Alberto Nascimento, nesse domingo, dia 20, no município alagoano de União dos Palmares, durante as comemorações do Dia da Consciência Negra. Um dos líderes da comunidade, senhor Amaro Teles Filho, participou da cerimônia que se realizou na Serra da Barriga, onde se situou o Quilombo de Palmares.

A comunidade de Tabacaria fica no município de Palmeira dos Índios e o título coletivo da terra vai beneficiar 89 famílias. É a primeira comunidade quilombola de Alagoas a ser titulada, dentre 67 já reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura.

O diretor nacional de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Rogério Arantes, e a coordenadora geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Isabelle Picelli, além de outras autoridades municipais, estaduais e federais, estiveram presentes no evento.

O superintendente do Incra, Alberto Nascimento, destacou a importância da titulação e o simbolismo do momento. “Um dia especial, Dia da Consciência Negra, para um momento fundamental para aquela comunidade, que passa, agora, a ter mais segurança e a ter vida própria”, disse Nascimento. Ele anunciou que irá em breve ao povoado de Tabacaria para apresentar a documentação registrada em cartório e conversar sobre projetos para a comunidade.

As famílias que acompanharam a cerimônia estavam emocionadas. O presidente da associação de Tabacaria, que recebeu o documento simbólico, dedicou a conquista a todos da comunidade que contribuíram desde o início da luta, há mais de 14 anos. “Tudo veio aos poucos e, agora, vamos cuidar de trazer melhorias para a nossa comunidade”, disse aos presentes.

Titulação Comunitária

O título da terra dos territórios das comunidades remanescentes de quilombolas é coletivo. De acordo com o engenheiro agrônomo Elias de Medeiros Lima Júnior, gestor do programa Quilombola em Alagoas, com a titulação os “novos benefícios são esperados para as famílias, através do acesso a políticas públicas”. Ele cita como exemplo a construção das casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Cinquenta famílias já estão com suas moradias em construção. Depois, será a vez das outras 39.

O título entregue nesse domingo se refere a quatro imóveis desapropriados pelo Incra, totalizando 399 hectares. O Incra ainda aguarda a liberação, pela Justiça, de mais dois pequenos imóveis para completar os 410 hectares que formam a totalidade do território.

Embora a titulação garanta emancipação e abra caminho para a autonomia da comunidade, a nova situação também propicia a ampliação de parcerias com diversos entes federativos. Outros serviços, como a construção de postos de saúde e de sistema de abastecimento de água, que dependem de órgãos municipais e estaduais, também serão acessados.

O povoado quilombola de Tabacaria tem relação histórica com o quilombo de Palmares. A história dessa comunidade, contada pelos mais idosos, remete à vinda de ex-escravos sobreviventes do ataque ao quilombo de Palmares. Toda a história da comunidade e os aspectos culturais e sociais foram estudados pelo Incra num trabalho técnico que passou por várias etapas até o reconhecimento territorial. A titulação é o último estágio desse processo.

NOTA PÚBLICA – CONTRAF BRASIL repudia e denuncia atentados à assentados e acampados da Reforma Agrária no Pará. Site da FETRAF, 21/11/2016

No município de Canaã, no último dia 17, quando mais de 40 homens dispararam tiros contra assentados e acampados da reforma agrária.

NOTA PÚBLICA – CONTRAF BRASIL repudia e denuncia atentados à assentados e acampados da Reforma Agrária no Pará

A CONTRAF BRASIL divulga Nota Pública repudiando e denunciando o atentado contra a vida de assentados e acampados da reforma agrária no Pará, no município de Canaã, no último dia 17, quando mais de 40 homens dispararam tiros contra assentados e acampados da reforma agrária. A ação truculenta deixou quatro feridos, entre eles um adolescente de 16 anos.

Os acampados da reforma agrária estão na área há seis meses. As famílias, desassistidas pelo INCRA, estão há meses sem receber algum tipo de auxílio alimentação e para não passarem fome resolveram cultivar algumas hortaliças e alimentos para sobreviver na

terra. Poucas horas depois, as famílias foram atacadas por mais de 40 homens fortemente armados, que deixaram quatro acampados feridos, um deles com 16 anos. Em meio ao conflito a polícia chegou a prender 10 trabalhadores do campo.

O conflito repercutiu na grande mídia, que volta a se posiciona a favor da concentração de terras nas mãos de uma minoria de empresários do agronegócio. A CONTRAF BRASIL repudia este tipo de jornalismo parcial e a falta do compromisso da grande mídia com a comunicação que respeita os direitos humanos.

A violência no campo é pauta recorrente nas mesas de debates na Câmara dos Deputados e Senado, porém o problema não ultrapassa a fase das discussões e vira apenas parte das promessas de candidatos em vésperas de eleições. Em agosto desse ano, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, discutiu o crescimento da violência no campo, onde ficou claro que o aumento dos casos é motivado pela impunidade na investigação dos crimes e na punição dos executores e autores.

Nós, povos do campo e sociedade organizada perguntamos, quantos mais precisarão morrer para que as autoridades de governo tomem providências eficazes sobre a violência no campo e seja dado um basta nestas atrocidades?

A CONTRAF BRASIL entende que a reforma agrária é uma questão estratégica para o Brasil, se de fato pretende-se ser uma sociedade efetivamente democrática e um país liberto da fome e da miséria. É necessário que os governos atentem para a construção de um Novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a participação efetiva da sociedade, e das organizações do campo que defendem e lutam pela reforma agrária; mais agilidade e amplitude nos processos de desapropriação e ou aquisição de terras para fins de reforma agrária; a proibição de terras a estrangeiros; entre outras pautas que farão uma política com mais equidade e justiça.

A CONTRAF BRASIL responsabiliza os Governos Federal e Estadual pelas barbaridades que ocorreram ao longo dos anos da história brasileira envolvendo as lutas pela reforma agrária. Responsabilizamos a lentidão da Justiça pela impunidade aos autores e executores de crimes que promovem a violência no campo. Responsabilizamos o latifúndio e as multinacionais envolvidas em conflitos agrários, pelas vítimas de violência no campo, onde muitas delas morreram em defesa do direito à vida, à terra e à produção.

Reivindicamos uma atitude concreta dos Governos Federal e Estadual referente aos crimes contra assentados e acampados da reforma agrária e exigimos que uma audiência entre dirigentes da Vale S.A. e gestores do INCRA, seja realizada em caráter de urgência a fim de evitar mortes nos municípios Canaã, Curionópolis e Parauapebas, no estado do Pará.

Coordenação da CONTRAF BRASIL e FETRAF PARÁ

Brasília, 21 de novembro de 2016.

Inkra incorpora à União 700 mil hectares de terras devolutas no Amazonas onde foi constatado trabalho escravo. Site do INCRA, 22/11/2016.

O Incra finalizou processo administrativo no qual decide pela arrecadação/tomada de posse e incorporação ao patrimônio da União da chamada Gleba Padauri - localizada município de Barcelos (AM) e com área de cerca de 700 mil hectares -, onde foram identificadas famílias em condições de trabalho análoga ao escravo, na atividade da extração de piaçava (também chamada de piaçaba) na região do Médio Rio Negro.

A próxima fase é a definição exata da destinação das terras da Gleba, sendo que o relatório final feito pelo Incra sugeriu - por ser a área muito grande -, que seja criado um Assentamento Agro-extrativista para cerca de 50 famílias, Unidade de Conservação Federal, Território Indígena e Área de Compensação de Reserva Legal dos projetos de assentamento. Órgão cujas atribuições estão ligadas àquela área - como Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) -, estão sendo contatados para que manifestem interesse na destinação da Gleba.

A Gleba Padauri fica localizada na faixa de fronteira de 150 km do estado do Amazonas com a Venezuela, no município de Barcelos – que tem uma das maiores áreas do Brasil, sendo maior que vários estados, como: Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro.

Histórico

O processo teve início em 2009, quando uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego – por meio de sua Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas -, localizou cerca de 300 famílias trabalhando com extração de piaçava em atividades degradantes, análogas à escravidão na Gleba Padauri. Por não conseguirem quitar dívidas com os atravessadores (também chamados de patrões) que adquirem os produtos, essas pessoas precisavam percorrer longas distâncias para conseguir a maior quantidade possível de piaçava a fim de vender mais e ter renda maior. Isso os levou a ter um comportamento nômade - já que precisam se deslocar entre uma área de piaçava e outra, sem moradias, móveis, etc.

Em ofício com data de 22 de junho de 2009 a Superintendência Regional do Inca no Amazonas recebeu solicitação do Ministério do Trabalho para o estabelecimento de Termo de Cooperação Técnica visando o desenvolvimento de projeto de resgate das famílias que moram e trabalham na Gleba.

O Inca/AM encaminhou equipe à Gleba Padauri no período de 30 de setembro e 14 de outubro de 2009 para fazer levantamentos de informações que compuseram um diagnóstico físico e socioeconômico da área.

O superintendente do Inca/AM, Sandro Maia Freire, definiu como histórico este trabalho da autarquia na arrecadação da Gleba Padauri. “A região desta Gleba tem muitas famílias em situações de risco e exploração. Por isso que estamos aqui. Nosso papel é trazer a terra pra legalidade e beneficiar estas pessoas mais humildes, reconhecer sua cidadania de acesso às políticas públicas”, concluiu Maia.

O processo realizado pelo Inca percorreu todos os trâmites normais e foi finalizado neste ano de 2016, com a seguinte conclusão: indica que a área deve ser arrecada/destinada ao patrimônio da União, mas deve ser aguardar a definição dos limites de terras indígenas na região da Gleba para que o Inca crie para a área um Plano Ecológico-Econômico (PEE) - objetivando futuramente a criação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), ou mesmo apoiar famílias ribeirinhas em uma futura Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou ainda uma Reserva Extrativista (Resex).

Arrecadação de terras devolutas

O processo de arrecadação/tomada de posse e recuperação de propriedade de terras devolutas consiste na ação de incorporar áreas públicas sem destinação e que não

integraram em nenhum momento patrimônio de particular. “Devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. A base legal das ações do Incri no que se refere à discriminação, a arrecadação e/ou recuperação de terras públicas é a Lei Nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

Conforme destaca o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incri, Rogério Arantes, a ação da autarquia na arrecadação de terras devolutas da União é importante ferramenta de combate a grilagem de terras na Região Norte, evitando fraudes nos registros imobiliários. “É também um importante meio de inclusão social, pois as famílias de trabalhadores rurais que moram no local, como neste caso, são inseridos no programa de regularização fundiária ou de reforma agrária”, disse Arantes.

Ressalta o diretor “que desde 2010 foram incorporadas ao Patrimônio imobiliário da União, através da arrecadação, 42 áreas totalizando mais de dois milhões de hectares. Para 2017 está prevista o incremento desta ação com a arrecadação de mais 1,8 milhão de hectares somente no Amazonas”.

Conflitos

A indefinição da destinação da área, acrescido de interesses divergentes dos diversos agrupamentos humanos que atuam na região (a exemplo de indígenas, ribeirinhos, coletores de piaçava, atravessadores, garimpeiros, madeireiros) levam a um inevitável clima de disputa e conflito.

Os indígenas reivindicam que a área seja destinada à demarcação de suas terras, o que garantiria o usufruto exclusivo dos recursos naturais. Já os piaçabeiros, pescadores, piabeiros, madeireiros, extrativistas e todos os não-índios (a exemplo daqueles que atuam com turismo na região) são contrários à destinação da área para ser terra indígena, pois desta forma não poderiam usar recursos naturais da Gleba para seu sustento. Os atravessadores de piaçava, os chamados “patrões”, afirmam que possuem direito de posse de determinadas regiões, igarapés e rios. Eles querem manter a região da forma que está atualmente, se colocando contrários a qualquer outro tipo de destinação das terras da Gleba.

Este ambiente evidencia a importância da atuação Incri e de outros órgãos diretamente na Gleba, como o Ministério do Trabalho, Fundação Nacional do Incri (Funai), Instituto

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal e Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas.

Piaçava

Piaçava ou piaçaba são os nomes populares de tipos de palmeira cujas fibras são utilizadas na fabricação de vassouras e coberturas. A nativa da Amazônia tem o nome científico de *Leopoldinia piassaba*. Há outra espécie de piaçava nativa do Brasil, mas normalmente encontrada no Estado da Bahia e cujo nome científico é *Attalea funifera*. Com origem na língua tupi, piaçava/piaçaba significa "planta fibrosa", devido ao seu caule característico.

Recursos naturais

A parte Norte da Gleba, na fronteira com Venezuela, fica em região com grandes reservas de nióbio, que é um mineral raro, mas muito utilizado nas ligas metálicas, em especial na produção de aços especiais utilizados em tubos de gasodutos. Embora estas ligas contenham no máximo 0,1% de nióbio, esta pequena porcentagem confere uma grande resistência mecânica ao aço. Outras aplicações incluem a soldagem, a indústria nuclear, a eletrônica, a óptica, fabricação de moedas e a produção de joias. Existem poucas minas de nióbio com viabilidade econômica no mundo. O Brasil é historicamente o primeiro e produtor mundial de nióbio e ferronióbio (uma liga de nióbio e ferro) e é responsável por 75% da produção mundial do elemento.

Outras atividades importantes na região são a pesca esportiva e extração de madeira – esta basicamente para pequenas construções de moradias e embarcações da região.

Indígenas, quilombolas e pescadores ocupam Palácio do Planalto. Site da CPT, 22/11/2016.

Cerca de 500 lideranças indígenas (de vários povos do MA, BA, RS, SC e SP), de pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas e quebradeiras de coco ocuparam o Palácio do Planalto, na manhã desta terça-feira, 22, contra a PEC 241-55, PEC 215 e o PL da venda de terras para estrangeiros. A ocupação é realizada pela Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Esta é a primeira ocupação do Palácio do Planalto na gestão Michel Temer. Na pauta dos movimentos está a posição contrária à PEC 241-55/16 (a PEC da Morte), à PEC 215/00 (a PEC do fim das demarcações de terras indígenas) e ao PL 4059/12, que libera a venda de terras para estrangeiros.

Os povos e comunidades tradicionais também cobram o presidente Michel Temer sobre os recentes boatos de possíveis mudanças que o governo estaria planejando fazer nos procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas.

Além disso, os povos manifestam-se pela retomada das demarcações das terras indígenas, quilombolas e reconhecimento e regularização dos territórios pesqueiros. Os povos e comunidades tradicionais divulgam ainda uma nota sobre a ocupação.

Leia na íntegra:

Nenhum direito a menos! Contra as propostas de morte aos povos indígenas, quilombolas e pescadores e pescadoras artesanais!

Nós povos indígenas originários, comunidades tradicionais pesqueiras, comunidades quilombolas, e quebradeiras de coco babaçu, estamos em mobilização nacional denunciando o programa neoliberal dos governos, com apoio e aval do poder legislativo e judiciário e nos colocamos contra todo e qualquer retrocesso nos nossos direitos já conquistados, com muita luta e sangue derramado.

Nesse sentido denunciaremos:

1- Marco temporal: constitui-se num grave atentado contra o direito originário dos povos indígenas à demarcação de suas terras e contra o direito dos quilombolas de terem suas terras devidamente tituladas. Viola a Constituição Brasileira e os tratados internacionais, ao mesmo tempo que legitima a violência e o esbulho territorial cometida contra os povos até 1988;

2- A tramitação da PEC 215/00, da PEC 68, PL 1610/96, PL 4059/12 que libera a venda de Terras para estrangeiros, por entendermos que são mecanismos criados para expropriação dos territórios tradicionais para implantação de grandes projetos do agro – hidronegócio, mineração, produção de energia e monocultivos;

3- A PEC 241-5516 representa a intensificação do processo de sucateamento de políticas públicas para efetivação de direitos fundamentais. É a PEC da morte;

4- A atuação do poder judiciário na concessão de medidas liminares de reintegração de posse nas áreas de retomada dentro dos territórios tradicionais;

5- A criminalização de lideranças de comunidades indígenas, pescadores e quilombolas por parte do ICMBio nas áreas de sobreposição de unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais.

Exigimos do Estado Brasileiro:

1- Aceleração dos processos de demarcação, desintrusão e proteção de terras indígenas e quilombolas, sem mudanças nos procedimentos de demarcação das terras indígenas;

2- Reconhecimento e regularização dos territórios tradicionais pesqueiros;

3- Liberação e aumento de recursos financeiros e pessoal para órgãos como INCRA, FUNAI, SPU e outros para execução de processos demarcatórios de territórios de povos e comunidades tradicionais;

4- Autonomia e protagonismo das comunidades nos processos de gestão e fiscalização dos territórios e das áreas de preservação;

5- Revogação do Decreto 8424 e 8425 por violarem os direitos das pescadoras e pescadores artesanais;

6- Retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o atendimento das demandas das comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

Brasília, Novembro de 2016.

Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais

Médio São Francisco: Incra discute Plano de Providências para desbloqueio de assentados. Site do INCRA, 23/11/2016.

A superintendência do Incra no Médio São Francisco iniciou nesta terça-feira (22) a primeira etapa de execução do Plano de Providências Regional (PPR) para apurar as irregularidades e corrigir a situação ocupacional das famílias assentadas, conforme indicação do Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU). O evento acontece no município de Santa Maria da Boa Vista (PE), no prédio da Câmara Municipal, entre os dias 22 e 24 deste mês, e conta com a participação de 23 servidores da autarquia e técnicos das empresas de assistência técnica.

Nesta etapa os servidores serão capacitados e haverá nivelamento de conhecimento dos envolvidos para iniciar os trabalhos de campo. O PPR é o documento elaborado pelas superintendências regionais do Incra para orientar os servidores na organização e monitoramento do trabalho recomendado pelo TCU de avaliar os procedimentos utilizados na seleção de famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) bem como a realização de supervisão ocupacional de lotes em assentamentos. Com o plano, estarão detalhadas as etapas a serem realizadas, a metodologia, o cronograma, os diversos recursos necessários além de orientar a análise processual.

O plano de providências geral foi elaborado após capacitação no Incra Sede, realizada em Brasília(DF), no mês de setembro e serve de guia para a elaboração dos planos regionais. Para a efetiva implementação do PPR, a superintendência regional do Incra no Médio São Francisco aguarda também a publicação de uma Nota Técnica pela sede em Brasília e disponibilização de senha aos servidores que estão autorizados a efetuar os desbloqueios no sistema.

Próximas etapas

As fases seguintes à consolidação do PPR são:

- I- a comunicação das famílias por meio de chamamento público, por meio de Rádios e TVs;
- II - reuniões na áreas de assentamentos com a presença de lideranças do movimento e técnicos de assistência técnica e do Incra.
- III - levantamento da presença efetiva das famílias nas áreas de assentamentos, por meio do diagnóstico ocupacional realizado pelos técnicos das prestadoras de Ates.
- IV - recepção e análise dos documentos apresentados pelas famílias bloqueadas no Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (Sipra).
- V- Instrução e Análise Processual de cada caso para para liberar as famílias regulares.

Histórico

Desde abril deste ano o TCU apontou indícios de irregularidades na seleção e permanência de famílias nos assentamentos em todo o país através do Acórdão 775/2016 – TCU- Plenário. Os beneficiários ficaram impedidos de obter certidões e outros documentos vinculados ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), acesso aos programas do PNRA e créditos bancários.

Com a elaboração do Plano de Providências Nacional em final de setembro e aprovado pelo TCU em outubro, o Incra realiza a elaboração dos planos de providência regionais para efetuar o desbloqueio das famílias em situação regular, bloqueadas preventivamente e promover a revisão ocupacional. A medida visa garantir o amplo direito à defesa para as famílias irregulares - caso haja possibilidade - se regularizarem bem como a retomada do lote com ocupantes irregulares para o assentamento de novas famílias que aguardam para se tornarem beneficiárias da Reforma Agrária.

Diretoria de Desenvolvimento do Incra visita projetos de assentamento no Acre. Site do INCRA, 23/11/2016.

A Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra de Brasília(DF) realizou uma série de visitas a Projetos de Assentamentos na capital e interior do Acre. Durante a visita, o diretor substituto Douglas Souza de Jesus visitou o frigorífico e abatedouro de suínos Dom Porquito, na cidade de Brasileia (distante cerca de 240 km da capital, Rio Branco) e conversar com produtores rurais assentados pelo Incra no Estado.

A agenda de visitas aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de novembro e contou com a participação do Superintendente Regional do Incra no Acre, Eduardo Ribeiro, técnicos do Instituto, secretário estadual de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens), Sibá Machado, além de coordenadores nacionais do Movimento dos Sem Terras (MST).

Na cidade de Brasília visitaram o criador de aves, Raimundo Duarte de Oliveira, o “Seu Braga”, assentado no Projeto de Assentamento Direcionado (PAD) Quixadá. Há seis anos Seu Braga trabalha com a criação de frangos os quais negocia diretamente com a empresa Acre Aves, também instalada no município.

Iniciativas

“A impressão que tive desses projetos desenvolvidos no Acre foi a melhor possível, são essas iniciativas que queremos incentivar. Entendemos que a agroindústria é o melhor caminho. É muito gratificante ver que nossos assentados têm uma oportunidade de renda e de manter o sustento de seus familiares através de suas produções, são essas iniciativas que nos fazem acreditar que a reforma agrária é o caminho certo, é a união e o trabalho dos pequenos que torna um projeto grandioso”, enfatizou Douglas Souza.

No dia da visita, seu Braga tinha recebido um carregamento de 19,5 mil pintos, que durante 45 dias vão ficar sobre os seus cuidados até que estejam prontos para o abate. No último mês o criador entregou para o abatedouro 18 mil aves, o que, segundo ele, gerou uma renda mensal de pouco mais de R\$ 5 mil. Com a granja, seu Braga gera cinco empregos diretos e outros dez indiretos.

“Em seis anos trabalhando com granja eu consegui construir o que em mais de 30 anos de trabalho como seringueiro não havia conseguido. O melhor de tudo é que hoje não é preciso fazer queimada ou derrubada, trabalho em comunhão com a natureza”, declarou Raimundo Oliveira, o seu Braga.

Outro projeto visitado foi o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Bonal, localizado na BR-364 sentido Porto Velho/Rio Branco, região do município de Senador Guiomard, o PDS Bonal ocupa uma área total de 10.447 hectares, onde mais de 800 hectares de seringal em plena produção, cerca de 500 mil pés de pupunha, isso sem falar no manejo florestal de uso múltiplo realizado em 8 mil hectares de floresta, na extração de borracha nativa, castanha, copaíba e outras palmáceas nativas.

Na localidade, a comitiva do Inbra percorreu grande parte do projeto, visitou algumas áreas de plantação e depois se reuniram com o presidente da Cooperativa Agroextrativista Bom Destino, Raimundo Alves de Macedo, onde trataram sobre a conclusão da obra da fábrica de palmitos da Bonal. A obra é fruto de um investimento de R\$1,4 milhão do Inbra. Na ocasião foi discutida a possibilidade da liberação de mais R\$ 500 mil em recursos para a aquisição do maquinário para o funcionamento do empreendimento.

“Estamos com cerca de duas mil hastes de palmito esperando a conclusão da obra da fábrica para ser beneficiado e aproveitamos a oportunidade para tratar com o diretor do

Incrá a possibilidade da liberação de recursos para que possamos voltar a nossa produção de palmito”, disse Raimundo Alves.

“Estaremos vendo a viabilidade de liberação desse recurso para que essas famílias retomem a produção de palmito. O que vimos aqui foi um grande exemplo de que é possível produzir com qualidade e sem agredir a natureza, consolidando um sistema de gestão do assentamento baseado na coletividade e no planejamento participativo, onde a exploração da terra é coletiva, em que todos são cooperados e sindicalizados, com moradia digna, trabalho e renda para todos”, comentou o Diretor.

O Superintendente Eduardo Ribeiro agradeceu a visita e destacou o apoio nas execuções dos projetos realizado em todo o Estado. “Um dos maiores desafios para a reforma agrária, no Brasil, sempre foi, o estabelecimento de um modelo que garanta a permanência das famílias assentadas nas áreas rurais com qualidade de vida e sustentabilidade econômica, além da manutenção da floresta em pé, o que somente é possível com alternativas econômicas viáveis e compatíveis com o uso racional dos recursos naturais da região. O PDS Bonal é fruto do planejamento apresentado no Plano Regional de Reforma Agrária, atendendo os princípios de sustentabilidade”, destacou Eduardo Ribeiro.

RIO DE JANEIRO: Quilombolas recebem cestas de alimentos. Site da CONAB, 23/11/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, iniciou as duas últimas etapas do ano de distribuição de cestas de alimentos para quilombolas em situação de insegurança alimentar no estado. A ação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), vai até o dia 25.

As doações contemplarão 412 famílias de quilombolas das comunidades Rasa, Preto Forro, Botafogo Tamoio, Maria Romana, Maria Joaquina, Caveira Botafogo e Marambaia, totalizando 14.832 quilos de alimentos. Cada cesta é composta por 10 quilos de arroz, três quilos de feijão, dois quilos de farinha de milho e um quilo de leite em pó integral. O investimento foi de R\$ 64,14 mil.

Ao longo do ano, outros 47 mil quilos de alimentos foram doados pela Companhia às comunidades quilombolas do Rio de Janeiro em cinco etapas. O investimento foi de R\$ 151.578,84.

CARTA ABERTA - Aos povos e comunidades tradicionais em luta em Brasília. Site da CPT, 24/11/2016.

A coordenação Executiva Nacional da CPT expressa seu apoio à luta dos povos e comunidades tradicionais que se manifestaram em Brasília nos últimos dois dias, e repudia as ações violentas de repressão empreendidas contra eles. Leia na íntegra:

Aos indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras, quebradeiras de coco e outros membros da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, saúda a justa luta de vocês nestes dias em Brasília e repudia a violência policial que os atingiu.

Alegra-nos a determinação de vocês de fazerem valer sua voz ante as mais altas esferas do poder público, sobretudo nesta hora em que tantos golpes se seguem ao golpe parlamentar-midiático que derrubou a presidenta eleita. Os que usurparam o poder acham que não devem satisfação a ninguém e com uma sanha voraz tentam restringir ainda mais direitos historicamente conquistados. A ocupação que vocês fizeram do Palácio do Planalto foi uma demonstração da força que vocês têm para mostrar ao Brasil e ao mundo que vocês existem, têm dignidade, são portadores de direitos e não aceitam ser pisados. Mostrou também que na democracia o poder é do povo, antes que de governos, ainda mais ilegítimo.

Manifestamos todo nosso apoio e solidariedade a vocês diante do desrespeito com que vocês vêm sendo tratados, em especial, ontem, 23, à entrada da Câmara Federal, quando tentaram assistir à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Funai e o Incra, algo de interesse direto e direito de vocês. Ficamos sabendo que vocês foram enxotados com *spray* de pimenta, que afetou e adoeceu crianças inclusive. Hoje pela manhã, a Polícia Militar e de Choque, ao barrar e revistar os ônibus e impedir-lhes o acesso à Esplanada dos Ministérios, tenta intimidar e fazer vocês desistirem. Vocês não

desistiram! Com vocês estão a força do bem e do direito e o apoio da maioria da nação brasileira, aviltada por tantos golpes e carente de reações à altura!

Estamos com vocês nesta luta, que não é de hoje nem vai ser resolvida amanhã. É histórica e vai ser longa, uma conquista passo a passo, sem esmorecimento, e vitoriosa. Temos a certeza – e vocês também a tem – de que com vocês estão as forças do alto, do Deus de Jesus, que sempre esteve ao lado dos pobres, dos Orixás e dos Encantados!

Goiânia, 24 de novembro de 2016.

Coordenação Executiva Nacional da CPT

Ministério apoia gestão em áreas quilombolas. Paulenir Constâncio. Site do MMA, 24/11/2016.

Cinco projetos que receberam recursos para atividades sustentáveis e inclusão produtiva passam por capacitação em Brasília.

Começou nesta quinta-feira (24/11), em Brasília, a capacitação dos coordenadores dos cinco projetos de gestão ambiental e territorial de comunidades quilombolas aprovados pela Diretoria de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente. Serão aplicados R\$ 470 mil em três comunidades maranhenses no bioma Amazônia e duas na Mata Atlântica, nos estados da Bahia e Sergipe.

Os projetos aprovados associam a conservação ambiental à inclusão produtiva nos territórios remanescentes de quilombo. São projetos comunitários voltados para o mapeamento dessas comunidades, empreendimentos de base sustentáveis nas áreas de turismo e manejo dos recursos naturais.

A recuperação de áreas degradadas, o planejamento e monitoramento de reserva legal e áreas de preservação permanente também estão entre os benefícios previstos na chamada pública. O apoio a projetos está vinculado aos esforços do MMA para a elaboração de políticas que definam diretrizes de gestão ambiental e territorial das comunidades.

Matinha, Cururupu e Alcântara, no Maranhão, receberam incentivos de R\$ 270 mil. Na Bahia, foi contemplada a associação que representa os moradores e remanescentes de quilombos de Tapuia, em Ilhéus, com R\$ 70 mil. Em Sergipe, a associação de Santa Cruz

de Brejão dos Negros, em Brejo Grande, teve seu projeto aprovado no valor de R\$ 130 mil.

A oficina de capacitação, que termina amanhã, conta com 20 participantes. Para Maria do Rosário Soares, do território quilombola de Marinha, no interior do Maranhão, os projetos vieram em boa hora. “A gente estava esperando algo assim, que pudesse melhorar as condições de vida nos territórios”, avalia.

Os coordenadores das comunidades quilombolas beneficiadas nesta fase estão recebendo capacitação para se tornarem aptas à Elaboração dos Relatórios de Execução técnica e de Prestação de Contas. A ideia é qualificar os projetos e assegurar a aplicação efetiva dos recursos nas atividades propostas.

Campanha pretende zerar o analfabetismo em 11 assentamentos do MST na Bahia. Site do MST, 23/11/2016.

A campanha faz parte do processo preparatório do projeto cubano de erradicação do analfabetismo “Sim, eu Posso”

Botas cheia de poeira, facão na cintura, mãos calejadas portando um caderno e um lápis. Os rostos estavam marcados pelo sol e o tempo que sempre expressam uma história de luta e resistência.

Estas são algumas características dos integrantes da brigada de educadores populares, composta por 45 militantes do MST, que estão realizando a 2ª Campanha de Erradicação do Analfabetismo nos assentamentos do MST no Extremo Sul da Bahia.

A campanha faz parte do processo preparatório do projeto cubano de erradicação do analfabetismo “Sim, eu Posso”, que está circulando as brigadas Che e Elias da região, com o objetivo de alfabetizar no início de 2017 cerca de 240 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, distribuídos em 30 turmas de 11 assentamentos de Reforma Agrária.

Cada Sem Terra na região está mobilizado em prol do projeto desde o mês de setembro. Nesse sentido, foi realizado um processo de mobilização nas áreas para divulgação do projeto e duas capacitações com os educadores.

Carolina de Jesus

De acordo a Eleneuda Lopes, educadora Sem Terra, a campanha de divulgação e apresentação do projeto está sendo realizada pelas próprias famílias, que assumiram o desafio de serem responsáveis diretos pela sua execução.

“A partir da mobilização e inserção dos Sem Terra no projeto foi criada uma brigada, onde homenageia Carolina de Jesus, resgatando a história e o legado de luta desta importante escritora negra brasileira”, explica Lopes.

1ª Campanha de Alfabetização

A primeira campanha de erradicação do analfabetismo aconteceu entre 2014 e 2015. Na ocasião, foram alfabetizadas 180 trabalhadores e trabalhadoras de seis assentamentos, declarados como territórios livre do analfabetismo.

Para Edi Carlos da Silva, da direção estadual do MST, esta iniciativa se insere no desafio de construção da Reforma Agrária Popular, por ser também mais um instrumento que compreende o Projeto de Assentamentos Agroecológicos.

“Nosso Movimento acredita que a educação é uma ferramenta de construção de uma sociedade emancipada, mais justa e igualitária. Zerar o analfabetismo é o primeiro passo para libertar o trabalhador das prisões deste sistema desigual”, diz Carlos.

III Caravana da Agricultura Familiar no Paraná encerra com grande ato político. Patrícia Costa. Site da FETRAF, 25/11/2016.

Durantes as mobilizações nos municípios de Coronel Vivida, Umuarama, Guarapuava, Palmital e São Mateus do Sul os agricultores entregaram pautas de reivindicações aos gestores públicos dos municípios.

Termina hoje, 25.11, a III Caravana da Agricultura Familiar da Fetraf Paraná. A atividade mobilizou mais de 5 mil agricultores familiares em cinco municípios do estado. A última cidade que recebe a caravana é São Mateus do Sul, com debates sobre os temas Reforma da Previdência, Juventude, mulheres, educação e Habitação.

Essa é a terceira edição da Caravana da Agricultura Familiar no Paraná, realizada pela Fetraf-PR. Segundo o coordenador geral da Fetraf PR, Noveraldo Oliboni, apesar da caravana se encerrar nesta sexta-feira, as ações serão permanentes quanto a luta pela

garantia dos direitos dos trabalhadores, logo na próxima semana a pauta de reivindicações construída pelos agricultores familiares será entregue as autoridades competentes do Estado.

Até o final de dia de hoje, ainda haverá mesas de debate e atos políticos no município.

Começou nesta segunda-feira 21.11 a III Caravana da Agricultura Familiar da Fetraf Paraná, que prevê a mobilização de mais de 5 mil agricultores familiares em cinco municípios. A primeira cidade a receber a caravana foi Coronel Vivida, sudoeste do estado, com a abertura do evento.

Hoje, foi discutido o tema da Reforma Previdenciária e Energias Renováveis. Os atos acontecem no Centro Comunitário Igreja Matriz São Roque.

O coordenador geral da CONTRAF BRASIL, Marcos Rochinski, participa do evento e destacou durante seu pronunciamento sobre os retrocessos que a reforma previdenciária trará ao trabalhador e especialmente aos agricultores familiares. Ele também falou sobre o papel da federação no processo de enfrentamento da atual conjuntura. “É importante esta ação para ajudar na construção de pautas de reivindicações tanto a nível estadual como nacional. Também é uma atividade que contribui com a formação sindical e fortalecimento das nossas bases da agricultura familiar”, avalia Rochinski.

Essa é a terceira edição da Caravana da Agricultura Familiar no Paraná, realizada pela Fetraf-PR. “Entregamos para o gerente da agencia do INSS, daqui de Coronel Vivida, a pauta de reivindicações que construímos com a participação dos agricultores familiares durante a nossa atividade. Ele se comprometeu que encaminhará aos gestores competentes dos órgãos do Estado”, informou Neveraldo Oliboni, coordenador geral da Fetraf PR.

O evento na cidade finalizou com a caminhada dos agricultores em protesto as propostas da reforma previdenciária.

Mato Grosso quer pedágio em terra indígena. André Borges. O Estado de São Paulo, 27/11/2016.

Para conseguir asfaltar estrada que cruza reserva, Estado promete reverter parte da tarifa para fundo a ser gerido pelos índios

BRASÍLIA - As discussões sobre a pavimentação de uma estrada federal que passa no meio de uma terra indígena de Mato Grosso deixaram de ser pautadas apenas pelos impactos que essa obra pode trazer ao modo de vida e aos hábitos dos índios xavantes que habitam a região. A mesa de discussão agora inclui dinheiro vivo.

Para tentar liberar o asfalto no trecho da BR-158 que corta a reserva indígena Marãiwatsédé, onde hoje vivem cerca de mil índios xavantes, na região de Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, o governo de Mato Grosso decidiu propor o pagamento de uma taxa aos índios, a partir da instalação de um pedágio na rodovia.

A proposta é que uma concessionária assuma a gestão da estrada, com o compromisso de repassar aos indígenas uma parte do valor arrecadado com o pedágio, que iria para um fundo administrado pelos próprios índios.

A sugestão foi apresentada em uma reunião realizada no mês passado com a presença de representantes do governo do Estado, lideranças indígenas, membros do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O defensor da proposta é o vice-governador e atual secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Carlos Fávaro, conhecido na região pelos anos em que ficou à frente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado (Aprosoja).

“O objetivo dessa ideia é provocar um debate. E os índios apoiam a proposta. Está na hora de tratarmos desse tema sem demagogia, sem hipocrisia. Não temos mais que dar espelhinho para índio. O que precisamos oferecer é dignidade, uma proposta que leve acesso à saúde, a uma faculdade, para que ele tenha direitos como qualquer cidadão”, diz Fávaro.

No entanto, a iniciativa não tem amparo legal. Pela Lei Federal 6.001, de 1.973, não é permitido colocar pedágio dentro de reserva indígena. Tampouco há legislação que regule a criação de um fundo atrelado à cobrança de taxas para que veículos circulem pelas terras indígenas. Para o vice-governador de Mato Grosso, porém, o projeto é viável e tem capacidade de se tornar referência para outros empreendimentos – estradas, usinas, mineração – que tenham impacto direto nas terras dos índios.

A Funai, porta-voz dos povos indígenas, não quis comentar o assunto, sob o argumento de que “só se manifesta nos autos”.

Única rota para escoar safra da região. Ignorada pelo governo federal em seus pacotes de concessão rodoviária, a BR-158 é hoje a única rota de escoamento de grãos da região nordeste de Mato Grosso, área de maior crescimento do agronegócio no Estado. Apesar da relevância logística, a estrada aberta há mais de 30 anos ainda está em leito natural, repleta de atoleiros e pontes de ferro apodrecidas. Regularmente, registram-se casos de quedas de caminhões de carga e mortes de motoristas.

Dentro da reserva Marãiwatsédé (que na língua xavante significa mato fechado ou mata perigosa), o trecho da rodovia tem 114 quilômetros de extensão. Os índios obtiveram a declaração de sua terra em 1993, mas a área de 165 mil hectares só foi homologada pela União em 1998, tendo sido completamente invadida por não índios nos anos 1990.

Após anos de brigas judiciais, os xavantes conseguiram retornar à região em 2012. Os não índios tiveram de sair e a cidade que havia ali foi derrubada. O tráfego pela estrada, porém, nunca parou. Atualmente, 7 milhões de toneladas por ano, colhidas em mais de 1,5 milhão de hectares, passam pelas terras dos xavantes.

Em 2014, o governo chegou a analisar a possibilidade de fazer um contorno na estrada, passando por fora da reserva. Mas o traçado bateu em cima de um cemitério indígena e foi abandonado.

O governo de Mato Grosso fez as contas sobre o impacto financeiro de um segundo contorno. A viagem aumentaria em 70 quilômetros. A pavimentação do trecho da reserva, avaliada em R\$ 250 milhões, saltaria para R\$ 528 milhões. O custo do frete, segundo o governo estadual, cresceria cerca de R\$ 170 milhões por ano. E os gastos anuais com manutenção do trecho seriam R\$ 8 milhões maiores que aquele previsto para o traçado que hoje corta a reserva indígena.

“Em dez anos, esses valores chegariam a mais de R\$ 2 bilhões. Então, está na hora de sermos pragmáticos e falarmos de desenvolvimento para o índio e o não índio. Desviar a pavimentação é isolar os índios desse desenvolvimento. Sob o pretexto de preservá-los, estamos acabando com eles, ao abandoná-los”, diz Carlos Fávaro, vice-governador do Estado e responsável pela pasta de Meio Ambiente.

O governo do Estado está de olho no andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que altera regras de demarcação de terras, ao retirar essa atribuição do governo, repassando-a para o Congresso Nacional. O Executivo estadual defende um aperfeiçoamento da proposta. O governo da ex-presidente Dilma Rousseff considerava a PEC inconstitucional. O atual ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, também se manifestou contra a mudança.

Sem Terra de toda Alagoas mobilizam-se contra a paralisia da Reforma Agrária. Gustavo Marinho. Site do MST, 28/11/2016.

Desde abril um Acórdão publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) vem afetando a vida de 578 mil assentados e assentadas da Reforma Agrária

Em mais uma ação conjunta, os movimentos de luta pela terra de Alagoas ocupam a capital Maceió denunciando a paralisia da Reforma Agrária.

Centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados pelo MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Via do Trabalho (MVT) e Movimento Terra Livre (MTL) estão acampados desde a noite de ontem (27) na Praça Sinimbu e hoje (28) pela manhã realizam marcha pelas ruas do Centro da Cidade.

Segundo Josival Oliveira, da coordenação do MLST, desde abril um Acórdão publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) vem afetando a vida de 578 mil assentados e assentadas da Reforma Agrária. “Esse documento congela os direitos sociais garantidos às famílias assentadas”, destaca Josival.

De acordo com o coordenador do Movimento, desde então os trabalhadores rurais perderam o acesso ao salário maternidade e aposentadoria.

“Querem parar a Reforma Agrária de vez. Em setembro fizemos uma grande mobilização pela imediata suspensão desse Acórdão, mas até agora nada mudou. Deram o prazo de 120 dias para reverter a situação, o prazo está prestes a acabar e a vida do nosso povo continua congelada nos assentamentos da Reforma Agrária”, explicou Josival.

O bloqueio que foi realizado após cruzamento de dados virtuais dos beneficiários pegou diversos agricultores de surpresa.

“Muita gente só soube que estava com impedimento no acesso aos benefícios na hora que precisou deles”, comentou José Roberto, da coordenação nacional do MST.

“Estamos de volta às ruas da capital alagoana exigindo a garantia dos direitos conquistados pelos camponeses e camponesas, defendendo o desenvolvimento das nossas áreas de assentamento e mais uma vez colocando a Reforma Agrária como uma necessidade para melhorar a vida de milhares de brasileiros e brasileiras”, disse José Roberto.

Luta contra a violência e a impunidade

Os Sem Terra devem continuar em mobilização na capital nos próximos dias, em especial até 29 de novembro, marcado como dia estadual de luta contra a violência e a impunidade no campo e na cidade, pelos trabalhadoras e trabalhadores rurais que, em 2016, marca os 11 anos do assassinato de um dirigente do MST em Atalaia, Jaelson Melquíades.

“Não podemos deixar essa data cair no esquecimento. A cada luta, cada marcha, cada ocupação de terra e em cada conquista do povo organizado, vingamos a morte de Jaelson e de tantos outros companheiros tombados pelo latifúndio”, afirmou Débora Nunes, da coordenação nacional do MST.

Desde seu assassinato o caso de Jaelson esteve impune, tendo somente em agosto deste ano, após muita luta e cobrança por parte dos movimentos sociais, a prisão do suposto executor do crime.

De acordo com Débora, a punição de um dos executores não é a resolução do caso, “sabemos que tem muita gente envolvida na disputa das terras da região de Atalaia e na morte de Jaelson Melquíades. A prisão de um possível executor não nos tira a necessidade de seguir fazendo luta e exigindo a punição dos mandantes desse crime”.

Ainda de acordo com a coordenadora do movimento, a luta por justiça no assassinato de Jaelson é ainda mais necessária. “Na mesma terra onde assassinaram nosso companheiro, hoje diversas famílias resistem embaixo da lona preta às ameaças do latifúndio que há 11 anos matou Jaelson”, destaca Débora, referindo-se ao Acampamento São José, na antiga

Fazenda São Sebastião, em Atalaia, reocupada pelas famílias Sem Terra no último dia 23.

“A Fazenda São Sebastião é dos trabalhadores”, frase presente nas faixas da mobilização dos camponeses, reforça a exigência da destinação das terras da fazenda ao imediato assentamento das famílias que ali acampam desde o ano de 2004.

Após o último despejo os Sem Terra denunciaram o descumprimento do acordo judicial, quando os antigos proprietários da área instalaram guaritas e homens armados para intimidar os camponeses e camponesas. Há ainda uma ação rescisória do Ministério Público Federal do Trabalho reivindicando o cancelamento do usucapião da Fazenda São Sebastião, dado pela justiça de Atalaia a um arrendatário da antiga usina que funcionava na região, a Ouricuri, mas que o Tribunal de Justiça ainda não julgou”, explicou Débora. “Queremos que a mesma agilidade que a justiça tem para atender as demandas do latifúndio, seja dada às resoluções das questões que de fato melhorariam a vida do povo alagoano”.

Numa região “castigada” pela estiagem, Sem Terra fortalecem a luta pela Reforma Agrária. Site do MST, 28/11/2016.

Onde a falta de água dificulta o plantio, a criação de animais de pequeno porte tornou-se uma base produtiva. Mesmo assim, os limites são muitos e o acesso é um grande desafio

No Nordeste da Bahia, onde a falta de água dificulta o plantio, a criação de animais de pequeno porte tornou-se uma base produtiva. Mesmo assim, os limites são muitos e o acesso a água, com o Rio São Francisco cortando a região, é um grande desafio encontrado pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra.

Diante desta realidade, cerca de 120 pessoas se reuniram no 9º Encontro Regional do MST no Nordeste da Bahia, entre os dias 24 e 26, no Assentamento Antônio Conselheiro II, em Abaré, para avaliarem os avanços da luta e os desafios encontrados no processo de organização social dos assentamentos e acampamentos na região, com o objetivo de apontar caminhos em defesa da Reforma Agrária Popular.

Foram três dias intensos de análise e projeções para o próximo período, tendo estes elementos na centralidade dos debates e impulsionados pela mística, pelos gritos de ordem e pelas canções que embalam a luta pela terra.

De acordo com Valter Rubens, da direção estadual do MST, o encontro foi muito produtivo pois possibilitou realizar um amplo estudo da organicidade do Movimento e, desde já, criar métodos de condução que possam ajudar no fortalecimento das áreas, partindo da coletividade e construção de novos sujeitos políticos.

“Temos muitos desafios pela frente, um deles é desenvolver em nossas bases políticas a necessidade de estar em pleno movimento. Nosso atual cenário político nos desafia a isso. E neste sentido, não podemos perder de vista a organicidade e os princípios organizativos como balizadores de nossa luta”, explicou.

Não se é permitido retroceder

O MST no nordeste da Bahia possui 20 acampamentos e 14 assentamentos, divididos em três brigadas. Para Flávia Vieira, também da direção estadual, outro grande desafio está no campo da organização produtiva e do acesso as políticas de convivência com o semiárido a partir destas áreas.

“Estamos nos organizando também para garantir o acesso das famílias assentadas aos programas de irrigação do Governo, para avançarmos na produção e viabilizar novas alternativas para cada trabalhador e trabalhadora”.

“É muito contraditório termos o Rio São Francisco cortando a região e após o processo de transposição seus afluentes não atendem os agricultores camponeses espalhados em diversas comunidade. Não podemos retroceder e devemos continuar em luta, organizando nossa base, nossa produção e construindo a Reforma Agrária Popular”, destacou Vieira.

Encontros na Bahia

O Encontro Regional do Nordeste da Bahia se soma a mais nove atividades de avaliação e planejamento que estão acontecendo nas regiões do estado neste final de ano, todas elas em preparação ao 29º Encontro Estadual do MST na Bahia, que acontecerá em Janeiro.

Protagonismo da Juventude Rural. Site da CONTAG, 28/11/2016.

Juventude na luta por sucessão rural: nenhum direito a menos! Esse é o lema da 3ª Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a ser realizada de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2016, em Brasília, reunindo mais de 400 jovens, entre eles(as) dirigentes sindicais, membros das Comissões Estaduais de Jovens, sócios(as), participantes do Programa Jovem Saber e dos itinerários formativos da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC).

A plenária tem um caráter propositivo, avaliativo, formativo e organizativo, bem como visa organizar a participação da juventude nas etapas preparatórias para o 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (12º CNTTR), que acontecerá em março de 2017. Portanto, durante quatro dias, a Plenária terá como objetivos centrais fazer com que os(as) jovens debatam temas estratégicos, diante da conjuntura nacional e dos desafios para a agricultura familiar, a partir da perspectiva da juventude trabalhadora rural brasileira e do fortalecimento das lutas do MSTTR; orientar e qualificar a participação dos(as) jovens nos processos de preparação e realização do 12º CNTTR; propor estratégias de fortalecimento da organização juvenil no MSTTR e das lutas sindicais; e definir agenda estratégica em defesa das políticas públicas para a juventude e sucessão rural.

Além disso, a programação conta com momentos de análise de conjuntura, apresentação de experiências protagonizadas pela juventude rural nos estados, e painéis sobre sucessão rural, trajetória e novos desafios na organização juvenil no sindicalismo. Todos esses debates convergem para fortalecer a organização e luta da juventude rural em defesa dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Como afirma a secretária de Jovens da CONTAG, Mazé Moraes: “defendemos um campo com jovens, com qualidade de vida para a promoção de sucessão rural. Repudiamos o atual cenário de retrocessos que vem sendo imposto pelo Executivo e Legislativo nacional, que afetará as camadas populares, em especial das populações do campo. Por isso, a nossa Plenária lança o grito de: nenhum direito a menos!”

Estão previstos o lançamento do livro “Juventude rural e sua caminhada na CONTAG” -que traz a trajetória de lutas e conquistas dos jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais do MSTTR-, e uma exposição fotográfica para celebrar os 15 anos da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR).

A realização da Plenária Nacional de Jovens está sendo antecedida pelas etapas estaduais, que já estão dando o tom do que a juventude irá propor e lutar no Congresso da CONTAG, que ocorrerá em março de 2017.

“A 3ª Plenária Nacional de Jovens é um momento muito importante para o MSTTR de preparação para o 12º Congresso da CONTAG. A juventude presente terá a oportunidade de pautar as demandas e rumos estratégicos para as lutas sindicais do próximo período. Sem dúvida alguma, será um momento rico, de fortalecimento da juventude rural e do Movimento Sindical, de entusiasmo e disposição para a luta”, disse, com bastante expectativa, Mazé Moraes.

Quilombo como organização, luta e resistência das mulheres. Site da CPT, 29/11/2016.

A série Mulheres Negras: do centro à periferia, é uma parceria entre o Centro Sabiá e o Terral Coletivo de Comunicação Popular, como forma de marcar o mês da Consciência Negra. Todos os textos que integram a série são escritos por jornalistas negras do Terral e tem como entrevistadas mulheres negras. O BdF PE publicou a segunda matéria trata de mulheres e quilombos, na perspectiva histórica, mas também na contemporaneidade.

“Nas formas de organização de resistências, as mulheres tiveram participação efetiva nos quilombos, mas por conta dos processos mais globais que vivemos de invisibilidade das mulheres, até quando começamos a contar a história, o patriarcado só honra a existência e história dos homens. Mas o que eu vejo é que é impossível afirmar que as mulheres ficaram em uma posição secundária nesse processo, porque elas também estavam submetidas ao sistema escravocrata e estavam na resistência”, explica Cecilia Godoi, integrante do coletivo Cabelo e mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Falar de quilombos é falar de resistência e por isso é importante marcar o papel das mulheres nesse processo que é histórico, mas também contemporâneo. Historicamente, esses territórios não eram espaços que tinham apenas referências masculinas em sua organização política, econômica e social. As mulheres sempre foram muito importantes para sua estruturação, desenvolvimento e luta. “Os quilombos eram uma forma de

organização que já existiam em África, em que se fazia resistência ao sistema colonial que estava se alastrando por lá e que estava transmigrando as pessoas. Essa é a primeira base para a gente poder pensar qual a potência do quilombo”, explica a cientista social, cuja própria origem familiar está ligada às comunidades de Feijão e Queimadas, em Mirandiba (PE).

Logo, quilombos não eram esconderijos de escravos. “É essa percepção que se construiu de que os quilombos eram como um campo de refugiados, com pessoas desmoteadas e perdidas que foram para algum lugar e ficaram no meio da mata sem saber o que fazer e para onde ir”, pontua Cecilia, que também resgata esses espaços como uma das formas de organização do povo negro no Brasil. “Assim como os portugueses chegaram aqui e construíram um sistema de sociedade colonial com base na colonização e escravidão, quando os africanos chegam aqui, começam naturalmente com o processo de se estabelecer socialmente e a instaurar um tipo de organização e sociedade a partir da ideia que se tinham de África”, afirma.

História Negada

Essa forma de organização, luta e resistência foi construída por mulheres e homens. No entanto, também tivemos parte dessa história negada. Não são suficientes os registros que temos hoje sobre os quilombos para entender a complexidade de seu processo de organização, assim como as especificidades dos diversos territórios espalhados por todo o País. Além de Zumbi dos Palmares, em cuja homenagem se comemora, no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, temos lideranças femininas dessa resistência, como Aqualtune e Dandara, ambas também de Palmares. A primeira foi princesa do Congo no século XIII, guerreira africana que quando escravizada lutou contra o regime. A segunda é comumente referida como companheira de Zumbi, mas também exerceu papel de protagonismo na luta quilombola.

No Centro-Oeste, a referência é Tereza de Benguela, que liderou um quilombo no Mato Grosso. Além delas, muitas outras mulheres exerceram papéis importantes para a força dos quilombos no País, que eram espaços dinâmicos nos quais as mulheres exerciam diversas atividades. “Essa ideia do quilombo como área isolada, inclusive das cidades, das colônias na época, é uma ideia ilusória. As comunidades produziam e produzem artesanato local. Existia um cultivo e uma agricultura que garantia a subsistência da comunidade e certamente mantinha relações com os centros econômicos que também

dependiam do que produziam os quilombos. Eram organizações com tanta força que passaram a estabelecer relações comerciais com a cidade”, explica Cecilia.

Luta contemporânea e também urbana

A identificação dos quilombos enquanto comunidade de descendentes do povo negro persiste até hoje, sendo, inclusive, reconhecidos como territórios com garantias de direitos, com acesso a políticas públicas de cidadania. Segundo dados de maio de 2016 da Fundação Cultural Palmares, hoje, são formalizadas mais de 2.600 comunidades quilombolas em todo o Brasil. Somente em Pernambuco, ainda de acordo com a mesma fonte, são 38 comunidades reconhecidas e 11 em certificação, passando por processo de análise técnica. No entanto, muitas outras comunidades existem e ainda não estão nesse processo de reconhecimento. Tal reconhecimento, para além do espaço geográfico, tem a ver com tradições culturais, religiosas e de vida comunitária que resistem ao longo do tempo. E o protagonismo das mulheres nessa luta não se restringe a um passado remoto, colonial.

É o caso do Quilombo do Portão de Gelo, na periferia de Olinda. Contrariando o imaginário popular de quilombo apenas como terras rurais, a comunidade recebeu o título de primeiro quilombo urbano do Estado, em 2006, e foi o terceiro reconhecido no Brasil. Sua história remonta à sobrevivência do povo de santo da nação Xambá, cuja perseguição devido à intolerância religiosa levou a uma trajetória de fuga desde Alagoas, na década de 1920 – passando por violência e fechamento de terreiros, durante a ditadura do Estado Novo – até fixar-se na localidade, sob liderança de Severina Paraíso, a Mãe Biu, nos anos 1950.

Ali foi erguido o Terreiro de Santa Bárbara, santa católica que, no sincretismo religioso, relaciona-se ao orixá feminino Iansã, arquétipo de guerreira, no candomblé. No entorno do terreiro – único desta vertente religiosa que sobreviveu no Brasil – construiu-se a comunidade, na rua que hoje recebe o nome da fundadora da casa, Severina Paraíso. Nesse arredor, novas famílias são constituídas, há um memorial e um espaço cultural e celebra-se, há mais de 50 anos, o tradicional coco no dia 29 de junho, aniversário da matriarca, falecida em 1993. Nos dias atuais, pode-se dizer que é um espaço em que a liderança das mulheres é bastante forte, com a incidência das mulheres do terreiro na missão de perpetuar a tradição religiosa para dentro e fora da comunidade: preservação de uma memória viva e ressignificada no presente – de quem sobreviveu para contar.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa